

O Trabalho de Professores da Educação Básica no Rio Grande do Sul



MINISTÉRIO
DO TRABALHO E EMPREGO



FUNDACENTRO
FUNDAÇÃO JORGE DUPRAT FIGUEIREDO
DE SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO

O TRABALHO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO RIO GRANDE DO SUL

Presidente da República
Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro do Trabalho e Emprego
Carlos Lupi

Fundacentro

Presidente
Eduardo de Azeredo Costa

Diretor Executivo substituto
Hilbert Pfaltzgraff Ferreira

Diretor Técnico
Jófilo Moreira Lima Júnior

Diretor de Administração e Finanças
Hilbert Pfaltzgraff Ferreira

Sandra Donatelli
Juliana Andrade Oliveira

O TRABALHO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO RIO GRANDE DO SUL

São Paulo

MINISTÉRIO
DO TRABALHO E EMPREGO



FUNDACENTRO
FUNDAÇÃO JOSÉ DUPRAT FIGUEIREDO
DE SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO

2010

Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida, desde que citada a fonte.
Disponível também em: www.fundacentro.gov.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Serviço de Documentação e Bibliotecas — SDB / Fundacentro
São Paulo — SP
Erika Alves dos Santos CRB-8/7110

Donatelli, Sandra.

O trabalho de professores da educação básica no Rio Grande do Sul / Sandra Donatelli, Juliana Andrade de Oliveira. — São Paulo : Fundacentro, 2010.

76 p. : il., 1 mapa color. ; 23 cm.

ISBN 978-85-98117-57-7

1. Professores — Ensino Fundamental — Condições de trabalho — Rio Grande do Sul. 2. Professores — Higiene ocupacional — Rio Grande do Sul. I. Oliveira, Juliana Andrade. II. Título.

CIS

Vyckpo Kob Ah (207RS)

CDU

37.011.31:373.3:613.6(816.5RS)

CIS — Classificação do “Centre International d’Informations de Sécurité el d’Hygiene du Travail”

CDU — Classificação Decimal Universal

Ficha técnica

Coordenação Editorial: Gláucia Fernandes

Revisão de textos: Karina Penariol Sanches; Walquíria Schafer (estagiária)

Editoração gráfica e capa: Marila G. Destro Apolinário

Agradecimentos

A todos os professores que participaram de nossas reuniões e que possibilitaram a construção desta análise;

À Secretaria de Educação Básica do MEC pelo auxílio financeiro ao projeto;

Ao Sindicato dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul (Sinpro/RS), especialmente ao diretor Cássio Bessa, que participou ativamente das reuniões;

Ao Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul – Sindicato dos Trabalhadores em Educação (CPERS/Sindicato);

Aos colegas da Fundacentro que nos ajudaram no desenvolvimento do projeto: Marco Antonio Bussacos, Elizabete Medina Coeli Mendonça e Leda Leal Ferreira, coordenadora do projeto;

A Francisco Terto de Lira Júnior pela ilustração da capa.

Sumário

Introdução 9

Primeira parte 15

O trabalho do professor dentro e fora da sala de aula 17

Segunda parte 39

Regras formais do trabalho 41

Terceira parte 53

Os efeitos do trabalho 55

Considerações finais 63

Anexo: A educação no Estado do Rio Grande do Sul 65

Referências 71

Bibliografia 74

Outras publicações sobre Análise Coletiva do Trabalho 75

Introdução

Este livro é um dos resultados do projeto de pesquisa “Condições de trabalho e suas repercussões na saúde dos professores na Educação Básica no Brasil” (Boxe 1). Ele trata do trabalho de professores no Rio Grande do Sul. O material que lhe deu origem veio basicamente de reuniões de Análise Coletiva do Trabalho (ACT), nas quais os professores explicaram a nós, pesquisadores, em que consistia seu trabalho (Boxe 2).

Assim como em outros estados¹, no Rio Grande do Sul solicitamos a colaboração dos dois maiores sindicatos representantes dos professores: o Sindicato dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul (Sinpro/RS), dos professores da rede particular de ensino, e o Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul (CPERS), dos professores da rede pública de ensino. Estas entidades emprestaram as suas sedes para a realização das reuniões, que aconteceram em novembro de 2007 com a presença de professores das redes básicas de educação pública e particular, todos voluntários. Foram homens e mulheres, docentes na Educação Infantil, e/ou no Ensino Fundamental, e/ou no Ensino Médio e/ou na Educação de Jovens e Adultos (EJA) (veja no Boxe 3 informações sobre os níveis e as modalidades de ensino).

Com a permissão dos participantes, as reuniões foram gravadas em fitas de áudio, do tipo K7. Para que houvesse o aceite das gravações e da participação com a descrição de seu trabalho, o anonimato foi assegurado aos professores. O material gravado foi transcrito, originando um relatório preliminar que foi enviado aos sindicatos para que os professores pudessem detectar e corrigir suas eventuais falhas e erros de compreensão. Este procedimento deu origem a outra reunião,

¹ O projeto se desenvolveu nos estados de Piauí, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Bahia e Pará, além do Rio Grande do Sul.

em novembro de 2009, na sede do Sinpro/RS, que contou com a presença de professores que haviam participado das reuniões de 2007. Nela, novas contribuições, sugestões e críticas nos foram apresentadas e incorporadas ao presente texto.

Uma ressalva: que o leitor não espere números e porcentagens. Nosso estudo não utilizou questionários nem elaborou amostra estatisticamente representativa da população dos professores do Estado do Rio Grande do Sul. Mas o alcance de nossos resultados não se resume ao que acontece com os professores que participaram das reuniões; ele vai bem além, mostrando a realidade de trabalho de muitos desses profissionais.

O livro está dividido em três partes. Na primeira, procuramos efetivamente dar voz aos professores que participaram das reuniões, buscando ilustrar as diversas situações de trabalho dentro e fora da sala de aula.

Na segunda parte, buscamos abordar aspectos que se enquadrassem no âmbito das regras formais do trabalho, tais como as legislações que regem o trabalho, as diretrizes estipuladas pelo Estado ou pelas escolas, com seus projetos pedagógicos utilizados para nortear o trabalho do professor.

Na terceira parte, tratamos da relação entre o trabalho e o cuidado com a saúde no dia a dia dos professores e elencamos os problemas de saúde destacados por eles.

Para facilitar a leitura e a compreensão da situação de trabalho descrita no livro, destacamos as falas literais dos professores em *itálico*. Também inserimos pequenos textos, os boxes, que podem ser lidos independentemente do livro. Eles trazem histórias e outras informações pertinentes sobre Educação.

No fim do livro há um “anexo”, com informações sobre o número de matrículas e a sua distribuição nos níveis da Educação Básica em cada município citado pelos professores e no Estado do Rio Grande do Sul, de acordo com dados do IBGE de 2008.

Nosso objetivo é que este livro ajude a conhecer aspectos bons e ruins sobre como é trabalhar como professor da Educação Básica do Rio Grande do Sul, tanto em escolas públicas, como em particulares. Esperamos que ele amplie as discussões acerca deste trabalho, que se pensa ser tão conhecido, mas que recebe tão pouco reconhecimento.

Boxe 1: O Projeto de Pesquisa

A Fundacentro é uma fundação de natureza jurídica de Direito Público, vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego cuja finalidade principal é a realização de estudos e pesquisas na área da saúde e segurança do trabalho e a difusão destes conhecimentos.

O projeto de pesquisa “Condições de trabalho e suas repercussões na saúde de professores na Educação Básica no Brasil” foi idealizado em 2004 pela então Presidente da Fundacentro, Rosiver Pavan, e coordenado pela Dra. Leda Leal Ferreira, com os seguintes objetivos:

1. Conhecer as condições de trabalho de professores da Educação Básica exercendo suas atividades em diferentes situações de trabalho, como zona rural e/ou urbana, escolas municipais e/ou estaduais ou particulares, Educação Infantil e/ou Ensino Fundamental e/ou Médio, grandes ou pequenas cidades, em todas as regiões do Brasil. Entendemos aqui por condições de trabalho o conjunto das condições, materiais ou não, nas quais o trabalho de um grupo de trabalhadores é exercido e que compreende desde as condições contratuais de trabalho e os níveis de remuneração até as características dos locais de trabalho e as especificidades das tarefas e das atividades exercidas.
2. Relacionar estas diferentes condições de trabalho com a saúde dos professores.

Para alcançar esses objetivos, a Fundacentro contou com a colaboração financeira da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação e com a colaboração operacional de entidades de classe dos professores.

O projeto está estruturado em três grandes ações:

- a. Produção de um relatório, denominado Estado da Arte, sobre os estudos recentes acerca das condições de trabalho dos professores e/ou suas repercussões na saúde. Esta etapa está concluída e o relatório pode ser consultado no sítio eletrônico www.fundacentro.gov.br, no link Publicações Eletrônicas.
- b. Análise Coletiva do Trabalho, etapa já realizada nas cidades de São Paulo (SP), Salvador e Vitória da Conquista (BA), Teresina, Água Branca, Picos e Luís Correia (PI), Belém (PA), Campo Grande (MS) e Porto Alegre (RS).
- c. Publicação e distribuição de livros com os resultados finais do projeto, tal como este.

Boxe 2: Análise Coletiva do Trabalho

A Análise Coletiva do Trabalho (ACT) é um método no qual os trabalhadores analisam seu próprio trabalho, em reuniões feitas em grupo, com o auxílio de pesquisadores. Ela parte da ideia de que os trabalhadores têm plenas possibilidades de analisar o seu trabalho, desde que lhes ofereçam certas condições, como: garantias de que não serão prejudicados (anonimato); local e tempo para se reunirem (as reuniões acontecem fora do local e dos horários de trabalho); interesse e disposição dos pesquisadores em ouvi-los; e uma pergunta condutora que baliza todas as discussões: “O que você faz no seu trabalho?”.

O método se desenvolve em cinco fases: na fase de planejamento, esclarece-se os objetivos do estudo e do método e se formaliza a cooperação, como a necessidade dos participantes serem voluntários, o número de participantes e o local e o horário das reuniões. O papel dos sindicatos de classe tem sido decisivo para o bom termo dos estudos, pois têm sido eles os principais interlocutores dos pesquisadores e os responsáveis, na prática, pela organização das reuniões com os trabalhadores. A fase de reuniões se inicia com novos esclarecimentos sobre o objetivo e o método da ACT, o papel dos pesquisadores e a garantia de anonimato para os trabalhadores. Em seguida, há uma apresentação dos participantes e, em geral, a escolha de um trabalhador para fazer uma descrição mais detalhada de seu trabalho. Com o desenrolar da reunião, estabelece-se um verdadeiro diálogo em torno da questão “o que você faz no seu trabalho?”, do qual todos podem participar, descrevendo, interpretando, comparando experiências. Na fase de preparação do material, faz-se a transcrição das gravações das reuniões ou a preparação das anotações dos pesquisadores. A fase de elaboração do texto, de responsabilidade dos pesquisadores, consiste em transformar o que foi dito nas reuniões em um texto, procurando recuperar todos os temas abordados, os pontos convergentes e divergentes encontrados. A fase de divulgação do texto consiste em apresentar o primeiro texto elaborado aos trabalhadores para verificarem se não houve erros factuais. Depois, ocorre a elaboração do texto final e a sua publicação, preferencialmente sob a forma de um livreto.

A Análise Coletiva do Trabalho é um método em desenvolvimento. Já foi aplicada em várias situações de trabalho e originou várias publicações (ver bibliografia).

Boxe 3: A Educação Básica no Brasil

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação no Brasil, a LDB (Lei nº 9.394/96), a educação escolar compõe-se da Educação Básica e da Educação Superior. A Educação Básica compreende três níveis de ensino: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio.

A Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, é oferecida em creches ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade, e em pré-escolas, para crianças de quatro e cinco anos de idade. Maternal e Jardim, termos que aparecem nos depoimentos dos professores, são designações que muitas escolas utilizam para as turmas ou os agrupamentos de crianças por idade na Educação Infantil.

O Ensino Fundamental é obrigatório e gratuito na rede pública de ensino. Com a Lei nº 11.274, de 2006, todos os sistemas de ensino deverão ampliar o Ensino Fundamental, antes com a duração de oito anos, para nove anos. Este nível de ensino deverá ser organizado para matricular crianças aos seis anos de idade, medida a ser implantada até 2010 em todo o Brasil.

O Ensino Médio, etapa final da Educação Básica, tem duração mínima de três anos, seguindo-se então o Ensino Superior.

A LDB preconiza, ainda, a oferta das seguintes modalidades:

- a. Educação de Jovens e Adultos (EJA) – destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade aos estudos nos Ensinos Fundamental e Médio na idade própria, conforme define a LDB;
- b. Educação Profissional – integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva;
- c. Educação Especial – modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino para portadores de necessidades especiais.

Primeira parte

O trabalho do professor
dentro e fora da sala de aula

O trabalho do professor dentro e fora da sala de aula

Dentro da sala de aula

Eu pensei que a função do professor fosse mais intelectual. Agora acho que é mais braçal. Desanima um pouco, às vezes, quanto à parte intelectual, que não deixa de ser desenvolvida, é óbvio. Mas a gente sente que está carregando um peso, que é um trabalho meio burocrático, desnecessário. Isso é extremamente desgastante e incomoda um pouco. Por exemplo, não posso ter em sala de aula, em momento algum, uma sensação do tipo “cansei”. Não posso estar de mau humor porque eu peguei engarrafamento, ou porque deixei minha filha com febre na escolinha. Tenho que estar na sala de aula: “Oi, gente! Bom-dia! Gente, tudo bem? Vamos lá”. Tenho que pegar quarenta adolescentes sem a menor vontade, tirando três ou quatro, com a menor disposição que eles têm, e tentar vender o peixe. Tenho que estar com a mesma disposição, da primeira aula à última, com o mesmo bom humor, com a mesma tolerância, com a mesma paciência, para situações que hoje nos sobrecarregam, que nos deixam adoentados. O fato de ter que carregar no colo adolescentes que os pais também não conseguem dar conta, que não conseguem impor limites, incomoda. Outro exemplo: uma atividade que já estava determinada e tinha que trazer uma autorização para sair do colégio. O aluno não trouxe. O que eu faço? Levo, não levo... Daí você tem que ficar ligando para casa etc. É aquele conjunto de coisas que pesam mais do que a sala de aula. Quando você está na sala de aula, você tem que dar conta do fato de ele ter esquecido o caderno. Esqueceu o material, esqueceu a caneta. E tem que achar uma caneta para o guri, tem que achar um caderno... “Ah,

professora, eu não vou registrar hoje.” “Ah, esqueci o livro hoje.” E tinha que fazer uma leitura do livro. Quer dizer, a função do professor ficou tão pulverizada por questões de organização, por questão de disciplina... Os alunos hoje não têm mais disciplina no estudo. E tu tens que estar em sala de aula administrando esse tipo de situação.

A sala de aula é um universo em ebulição, um lugar movimentado que exige do professor a capacidade de administrar situações diversas e, ao mesmo tempo, ensinar conteúdos determinados.

Para iniciar seu trabalho, o professor precisa conseguir a atenção dos alunos. Alguns professores iniciam a aula com uma conversa sobre fatos ocorridos no dia anterior ou alguma brincadeira para descontraír. Outros usam o momento da chamada para marcar o início da aula e já cobram os trabalhos e as pesquisas solicitados. Neste momento, serão anotadas no diário de classe as tarefas ou outras atividades anteriormente solicitadas. Mas, embora estes sejam procedimentos bastante utilizados, cada professor desenvolve uma maneira particular de relacionar-se com suas turmas, que, por sua vez, também têm seus próprios ritmos de trabalho. Cabe ao professor, então, detectar as diferentes demandas de aprendizagem de cada aluno e fazer com que a turma toda consiga aprender os conteúdos determinados para a sua série, no tempo programado pela escola.

Neste sentido, uma das maiores queixas dos professores é a falta de disciplina dos alunos. Ela ocorre em diversos momentos da aula, como na correção dos cadernos, na repetição da explicação da matéria para um aluno com dúvidas ou até mesmo ao tentar realizar uma atividade “diferente” da rotina da sala de aula. A indisciplina dos alunos é uma situação frequente, que exige do professor permanente estado de alerta:

A gente, quando vai para sala de aula, é uma coisa bem interessante. Tu vais pegando um “know-how” das coisas, vais pegando um pique, uma visão de tudo, uma coisa de mosca, visão multifocal. Porque tu estás aqui lendo, teu aluno está te mostrando o trabalho e tu já estás assim: “Daniele, te senta, agora!”. Mas aqui: “Olha, tu estás contando que se tu botar uma vírgula vai mudar o sentido da frase, está faltando essa vírgula”, e vira para o outro: “Larga o pescoço do teu colega”. Tu vais administrando isso e, por incrível que pareça, a gente consegue.

A fala do início deste capítulo aborda, entre tantas questões, a tarefa, cada vez mais difícil, de lidar com o estado de espírito dos alunos para criar o ambiente necessário para a realização da própria aula. Os professores sentem que hoje há uma demanda emocional exagerada, desgastante e indevida dos alunos, pois ela resulta de uma negligência da família, que prioriza o trabalho, restando-lhe pouco tempo para o convívio com os filhos:

É cada vez maior o nosso desgaste. Porque o professor acaba trabalhando em áreas que não são a dele. Hoje o professor é o psicólogo, hoje o professor é o organizador de uma série de coisas, e nós temos um tempo menor para isso. Hoje o professor escuta o aluno, pega na mão, olha no olho, percebe que este aluno não está bem. Tudo isso é um exercício diário.

A gente está vendo os pais trabalhando muito. As crianças são entregues à escola. Os professores da escola viraram “detentores”, vamos dizer assim. Mas como ele [professor] vai passar a informação de valores, vai passar o que é certo, o que é errado, vai dar apoio? É uma transferência da família para a escola em função da necessidade dos pais de se ausentarem.

Os pais estão precisando trabalhar o dia todo, não é que deixam porque queiram deixar, mas porque precisam manter a estrutura financeira. Então, precisam trabalhar de manhã, de tarde, de noite. Daí, botam o filho no curso de inglês, na natação...

Para estes professores, o acolhimento, a compreensão e a demonstração de interesse pelo aluno são importantes no seu trabalho, mas não são sua função. Alegam que, mesmo que fossem, não teriam conhecimento profissional nem tempo em aula para isso:

Eu não posso dar conta do filho dos outros. Eu não tenho esta competência toda. Eu posso tentar ajudar dentro do meu conhecimento, da minha área. Eu não sou psicóloga, eu não sou terapeuta, tenho boa vontade, mas eu não tenho esta competência profissional.

Atentos aos comportamentos dos alunos, alguns professores assinalaram que, com o passar do tempo, vão identificando diferentes “perfis” de comportamento que têm mudado rapidamente:

Eu tenho uma experiência interessante. Eu passei seis anos sem dar aulas. Depois, tive a coragem de voltar integralmente para a sala de aula. Embora continuasse vinculado ao Sindicato, cumpria a carga horária integralmente. Impressionante: em seis anos, o que mudou de uma geração para outra! Aliás, nem é uma geração para outra. Então, quando eu dei aula no início da minha carreira, era maravilhoso, nunca precisei me estressar em sala de aula. Seis anos depois, quando voltei, tive uma situação desagradável: fui passar um filme na sala de vídeo da escola. No final, quando bateu o sinal do meio dia, saiu todo mundo correndo. Os alunos destruíram uma meia dúzia de cadeiras, mas naquela confusão, eu nem vi. Depois, acabei até resolvendo sozinho com os alunos, eles se acusaram, foram bem legais e tal. Mas aí vi como eu estava defasado em seis anos fora da escola particular. Eu vi que não tinha que ser só professor. Tinha que ser professor e policial. Porque, além de assistir os filmes com os meus alunos – não abro mão disso – tinha que ficar lá atrás, cuidando para ver se alguém ia destruir algo. Ser professor e policial a partir de então.

O perfil do aluno muda de dois em dois anos atualmente. A gente vira camaleão a ponto de mudar de período para período. Começa assim: na mesma manhã tu sais de uma 6ª série, vais para um 3º ano. Já tens que mudar, de um ano para o outro. A gente tem que evoluir. Porque se a gente não for um pouco “Xuxa”, não dançar o “ilariê” lá na frente, eles ligam a televisão e ficam em casa.

O professor em sala de aula é responsável por quem está no recinto. Isto inclui a responsabilidade de zelar pelo bem-estar do aluno. Se ele estiver doente, o professor deve lembrar-se de ministrar a medicação nos horários corretos, como no caso de alunos com doenças crônicas que precisam tomar sempre o medicamento, o que é comum, segundo alguns entrevistados, principalmente nas quatro primeiras séries:

Tenho vinte e nove crianças na sala e doze crianças com medicação. Alguns tomando Ritalina. É uma medicação para criança hiperativa. E outros com tratamento psicológico.

Sempre tem uma conversa com alguma mãe ou alguém, porque eu tenho vários alunos com problemas diferentes. Tem um que é agressivo, manda na

mãe, e ele quer mandar em mim também. Ele sai da aula. Ele quer que a mãe dele fique sentada a tarde inteira, numa cadeira onde ele possa enxergar. Não sei se vocês entendem como é que é. Não posso fechar a porta. Às vezes, o barulho das outras salas atrapalha.

Das 13h30 às 18h eu tenho que dar conta de tudo isso. Tem um que é bipolar. Se ele grita, se ele berra, se ele surta, a gente tem que conseguir acalmá-lo e fazer o outro largar o pescoço de não sei quem e ainda conseguir ensinar multiplicação de dois algarismos. Essa é a parte mais difícil.

Quando há um aluno portador de necessidades especiais nas classes regulares a situação fica ainda mais complicada, pois, além de administrar todas as questões mencionadas, o professor tem que lhe dedicar atenção redobrada, o que provoca reclamações de outros alunos e de pais.

Na opinião de alguns professores, além da falta de condições técnicas ou habilidades específicas para lidar com tanta diversidade de contextos em sala de aula, há também falta de estrutura material, bem como falta de compreensão, por vezes, da área administrativa das escolas.

Assim, embora a inclusão de alunos portadores de necessidades especiais nas classes regulares da Educação Básica seja uma exigência legal, prevista na Constituição Federal e na LDB, ela pode dificultar grandemente o trabalho dos professores, como nos relataram alguns deles:

Conseguir conciliar tudo isso, acho que é a parte mais difícil de ser professor. Porque de vinte e nove alunos, um tem Síndrome de Down; uma criança com treze anos está numa 3ª série e não foi alfabetizada, mas está numa 3ª série! A idade de uma criança na 3ª série é de mais ou menos oito ou nove anos. Então, você tem que trabalhar todo o conteúdo, que a escola quer que você desenvolva para uma 3ª série e, ao mesmo tempo, tens que achar algo que o menino possa fazer. Porque copiar do quadro, ele não copia. Não escreve cursivo. Ele só escreve bastão.

Esse ano a escola entrou num projeto chamado de "Inclusão". São crianças que apresentam um ritmo diferente, uma compreensão diferente dos conteúdos. Então, para estas duas crianças, eu tenho que rever a prova que faço para todos e ir alterando alguma coisa para que eles tenham condições de fazer no mesmo tempo que os outros fazem.

Quando se fala em falta de estrutura material da escola, uma falha comum é considerar que a dificuldade existe apenas na escola pública, com salas de aula mal equipadas ou pela falta de habilidades técnicas do professor. Mas não é o que se ouve nos relatos de professores que lecionam em escolas particulares:

O [problema] da inclusão dos alunos que a gente está recebendo com necessidades especiais é que, na verdade, as escolas não dão o suporte que o professor precisa para dar conta disso. A escola quer estar na mídia, mostrar que é inclusiva e tem responsabilidade social, mas tudo cai sobre o professor. Porque daí tem a cobrança da família. Tenho um aluno que não fala, pouco enxerga, se locomove, mas com algumas limitações. E a pessoa aterrissa na sua sala, você já está no meio das atividades e se pergunta: “E agora, o que eu faço com ele?”. Este ano não tenho suporte nenhum, tenho que ir por mim. Daí, tenho que fazer planejamento dobrado, porque é um planejamento para ele; tenho uma adaptação curricular para esse aluno, também tenho uma avaliação diferenciada para ele, tenho que elaborar separado todo o material pedagógico para ele, tem uma família que pressiona o tempo inteiro porque quer resultado. Tem as famílias dos outros que também pressionam porque a professora deixou de atendê-los. Essa questão da inclusão é bem forte no momento.

Este ano [2009] a escola começou a dar um apoio financeiro para que fizéssemos pós-graduação em educação inclusiva. Mas, antes disso, não tínhamos nada.

A proposta da inclusão de alunos com necessidades especiais em salas de aula com alunos regulares é um direito, mas, nas condições atuais, é difícil e complexa para quem tem que a tornar real, trabalhando com alunos portadores de necessidades e de atenção “especial” numa sala de aula com mais de vinte e cinco alunos exigindo também atenção para si.

Boxe 4: O EJA e o Pró-jovem

O EJA (Educação de Jovens e Adultos) e o Pró-Jovem (Programa Nacional de Inclusão de Jovens)* são diferentes programas de educação do Governo Federal voltados principalmente para o público jovem.

O EJA, previsto na LDB, visa atender aos jovens e aos adultos que não puderam ou não tiveram oportunidade de cursar os Ensinos Fundamental e Médio na idade apropriada e é coordenado pelo MEC.

O Pró-Jovem não está previsto na LDB, mas é um programa social criado em 2005 pelo Governo Federal ao lançar a Política Nacional de Juventude, que visa à inclusão social e à cidadania do jovem. Assim, aos jovens em idade de trabalhar e que não terminaram de cursar os Ensinos Fundamental e Médio, abre-se a oportunidade de ingressar no mercado de trabalho, fornecendo-lhes uma bolsa auxílio.

Para os professores, esses programas são importantes, mas provocam o esvaziamento das classes regulares do Ensino Médio no período noturno:

Noventa por cento dos alunos que estudam à noite trabalham durante o dia. Então, dentro da nossa escola funciona também o Pró-Jovem. Os alunos que trabalham recebem uma bolsa para estudar. Levariam quatro anos para concluir o Ensino Fundamental, mas, no Pró-Jovem, fazem de agosto a agosto do ano seguinte, ininterrupto [...]. Então, tem uma migração em dobro do ensino regular para o Pró-Jovem. A escola hoje funciona porque existe o Pró-Jovem. Se não, teria fechado. Em um ano, eles vão ter aulas de técnicas comerciais. Eles não terão aulas regulares de matemática, terão informações de matemática pertinentes àquilo que deverão adotar em uma instituição pública ou no mercado de trabalho. É importante que saibam o que uma empresa pensa, precisam saber fazer um atestado, um ofício. Então, nós não vamos trabalhar com polinômios. O importante é que eles saibam compreender uma relação comercial. É mais um "mix" entre os ensinos regular e técnico. No meu entendimento, o Pró-Jovem direciona para o mercado de trabalho, mas dá uma certificação de Ensino Fundamental.

* Sobre o Pró-Jovem (Programa Nacional de Inclusão de Jovens), em 2007, o Governo Federal constituiu o grupo de trabalho GT Juventude, que reuniu representantes da Secretaria Geral da Presidência da República, da Casa Civil e dos Ministérios da Educação, do Desenvolvimento Social, do Trabalho e Emprego, da Cultura, do Esporte e do Planejamento com a finalidade de promover um programa amplo e diversificado de inclusão social dos jovens brasileiros. Nesta perspectiva, o programa se subdivide em quatro modalidades (Fontes: Portal da Presidência da República e do Ministério do Desenvolvimento Social).

Violência no trabalho

Alguns professores relataram situações desafiadoras em sala de aula, como a briga entre alunos. Mas também falaram de situações de afronta a eles, de um caráter violento que ultrapassa o espaço da sala de aula, como demonstram os relatos a seguir:

A questão da falta de limite dos alunos se reflete em pontapé, em puxão de cabelo, em agressão verbal, e não só a violência física, até a virtual. Por exemplo, há a comunidade do Orkut com dizeres: “Eu odeio a professora tal”. Isso já foi até matéria no jornal do sindicato. A violência em sala de aula na escola é uma questão muito recorrente hoje.

Uma aluna disse que eu tinha puxado o cabelo dela. Numa sala de quarenta, só ela sentiu que eu puxei o cabelo dela, e disse: “Me arrastou pela sala de aula”. Foi horrível, eu não desejo isso para ninguém. Nunca mais eu vou esquecer. Não perdi o meu emprego porque estava no sindicato. Vieram advogados me chacoalhar, para saber “se tu és normal”. Teve início de processo, com audiência, e fui afastada. Eu dizia: “Mas não aconteceu nada”. “Tu vais lá à frente do juiz”. A minha sorte é que os colegas, algumas mães e alunos apoiaram. Uma mãe chegou e disse assim: “Eu conheço essa fulana. Meu filho estava na frente, ele viu e não aconteceu nada”. Atiraram uma tinta em cima do meu carro. Os outros trinta e nove alunos viraram de costas para o vice-diretor porque queriam que eu voltasse para sala de aula. Eles diziam: “Essa guria é louca”. Mas a mãe dela não acha. E tive que voltar para sala de aula. E tu tens que passar por tudo isso. Brigar com a Justiça... É terrível. Depois, tu escutas da coordenação: “De repente, houve um descompasso teu!”.

Os efeitos das agressões sofridas pelos professores são sentidos com mais intensidade quando não recebem o amparo dos seus superiores e/ou coordenadores. Nas palavras de dois professores:

A impressão que se tem na hora de contar essas situações para a coordenação é que a gente é sempre o suspeito.

Com certeza! A gente sente isso, e ainda te dizem assim: “Ah, mas de repente, se tu soubesses, poderias ter conduzido diferente”.

Para os professores, a violência dos alunos apoia-se também na atitude dos pais em não aceitar as avaliações feitas por eles através dos boletins e pareceres. Nas escolas particulares, esta não aceitação da opinião do professor manifesta-se sob o prisma do “quem é que está pagando”:

Nas ações dos alunos, às vezes, vem uma palavra ofensiva ou simbólica de tentar dizer “quem está te pagando sou eu”. É muito sutil, mas aparece na sala de aula.

A posição da escola frente a sua clientela, principalmente das particulares, é a de que o professor precisa “ficar paparicando pai, porque na questão da escola privada o professor é despesa, o aluno é receita”.

Fora da sala de aula

O momento da aula não é o único do trabalho do professor. Antes da aula, o professor faz o planejamento desta, prepara-se e se informa sobre o conteúdo do ano letivo. Trabalha também depois da aula ao corrigir as avaliações dos alunos (provas), ao elaborar pareceres e ao comparecer às reuniões entre professores e coordenadores e também com os pais. Nesta parte do texto, nosso objetivo será conhecer um pouco da realidade do trabalho do professor que ocorre fora da sala de aula.

O nível de ensino (Educação Infantil, Ensino Fundamental ou Ensino Médio), o turno (diurno ou noturno) e as disciplinas exigem atuações diferenciadas dos professores. Por exemplo, as disciplinas de Matemática ou de Língua Portuguesa têm maior exigência de carga horária no Ensino Fundamental I (nas quatro séries iniciais – veja nota 7 –), no qual há um único professor para ambas e o horário por período é completo:

O pessoal que trabalha no Jardim à 4ª série tem horário cheio: a manhã ou a tarde toda. A questão do deslocamento seria do turno da manhã para o turno da tarde.

No Ensino Fundamental II (nas quatro últimas séries – veja nota 7 –) e no Ensino Médio, exige-se do professor uma formação específica para cada disciplina. Nestes casos, o professor, ao invés de cuidar de todo o período de uma turma, será responsável apenas por determinada disciplina cuja carga horária será

fragmentada na semana. Desta forma, o professor dos Ensinos Fundamental II e Médio terá muito mais turmas compondo o seu horário diário. Terá que elaborar muito mais planos de aula, um para cada turma. Ou seja, ao invés de dois planos de aula (um para a turma da tarde, outro para a turma da manhã, por exemplo), o professor poderá ter que fazer quinze, vinte planos de aula atendendo às diferentes propostas pedagógicas para cada série.

Porém, a fragmentação da carga horária implica em outra situação a ser administrada, qual seja, a da quantidade de escolas que o professor atende no mesmo dia para complementar sua renda. Se não conseguir preencher sua grade de horários com turmas numa mesma escola, o professor poderá estar sujeito a se deslocar de um estabelecimento a outro mais de uma vez no mesmo dia:

Eu vou relatar só a minha terça-feira: 7h20 eu saio, porque tenho que estar numa escola até as 10h15 [lecionando]. Eu pego o transporte, lá na zona leste, e venho para o centro; 11h eu estou na sala de aula [de outra escola] até 13h. Eu almoço. Às 14h eu tenho que voltar para aquela escola que já estive de manhã, às 7h30. Aí fico até as 16h. Às 16h20 começa o [cita nome de uma escola] e vai até 17h50; 18h eu volto para o centro, para aquela que já estive de manhã e à tarde. E vou até às 21h. Só na terça-feira. Nos outros dias eu trabalho também, mas pela manhã num lugar, à tarde noutra. Na terça e na sexta-feira, trabalho em três escolas.

No Ensino Médio, por exemplo, eu tenho seis períodos numa manhã. Se eu tenho dez períodos naquela escola, eu vou ter seis períodos numa manhã inteira e mais quatro noutra manhã.

Uma professora de língua portuguesa com carga horária maior conta como preferiu diminuir seus ganhos para poder ter a vantagem de trabalhar numa única escola:

O meu horário é ótimo. Por exemplo, na segunda-feira tenho aulas das 8h às 12h e no primeiro período da tarde. Na terça-feira tenho aulas o dia inteiro, na quarta-feira o dia inteiro, na quinta-feira o dia inteiro e na sexta-feira a tarde inteira. A escola me possibilita esse arranjo de horários, também é a facilidade de ter uma escola só. Mas, também, porque eu optei por ganhar menos e continuar investindo em estudos. A minha sorte é que na minha área tem muitos períodos. São seis ou sete períodos. Isso é muito bom, eu consigo conciliar numa escola só, eu sou uma felizarda.

Para os professores que lecionam em mais de uma escola, há também a necessidade de se adequar às atividades extraordinárias que compõem a grade curricular nos finais de semana. Muitos professores dividem seus sábados alternando-os entre uma escola e outra para cumprir sua participação em atividades “extraclasse”, como as gincanas:

Só para encerrar minha semana, eu tenho intercalado um sábado entre escola particular e escola do estado. Então, sábado eu estou numa escola, no outro sábado estou na outra. Hoje, por exemplo, eu estava de gincana. A gincana faz parte da grade curricular. (escolas particular e pública)

Depois da aula: avaliar os alunos

Avaliar é outra importante função do professor de Educação Básica. Quando este assunto veio à tona, três formas de avaliação foram identificadas: “avaliação por notas”, por “parecer descritivo” e por “conceitos”.

O parecer descritivo consiste numa espécie de inventário sintonizado com a situação escolar real de cada aluno. Os professores avaliam os alunos no cotidiano, acompanhando seu processo de aprendizagem, seu desempenho quanto à realização de tarefas e atividades e seu comportamento. Este procedimento foi mencionado por professores da rede particular e também pelos professores da rede pública:

É parecer descritivo, não tem nota. A gente diz que a avaliação é diária, contínua, é um processo. Eu olho os cadernos, dou atividades, acompanho a evolução dos alunos.

Eu faço o parecer, não tem prova. Segue-se o regimento da escola. Então a gente faz trabalho, testes para as crianças, para saber qual é o nível de aprendizagem em que se encontram. Tanto para alfabetização, quanto para o nível de escrita. Temos também um trabalho de reforço, feito pela manhã.

As avaliações por notas são aquelas atribuídas às provas com objetivo de avaliar o conteúdo trabalhado em sala de aula. A avaliação por conceitos é realizada por objetivos. Para cada objetivo pode ser atribuído um dos seguintes conceitos: “atingiu”, “atingiu parcialmente” ou “não atingiu”. Esta forma de avaliação foi mencionada como mais costumeira para as primeiras séries da Educação Básica.

Alguns estabelecimentos de ensino utilizam uma forma de avaliação híbrida, como “notas e parecer descritivo”; outros, apenas a avaliação “por notas” ou a avaliação “por conceitos”, mas ficou evidente que há a possibilidade de utilização de mais de uma forma para avaliar o desempenho dos alunos:

É o conjunto de atividades. Tem os objetivos como se fossem tópicos que tu trabalhas durante o trimestre. E têm outros que são a parte social, a parte de organização de tarefas, o relacionamento de grupo, e tudo isso é avaliado no contexto, sendo que o enfoque maior recai sobre a aquisição do conhecimento. Em todas as turmas, o procedimento é o mesmo. E é um trabalho contínuo, que vem desde a 1ª série. Os alunos estão acostumados e já sabem o que é um A, que seria a nota máxima, e o NA, que é o não atingido, que é a nota mínima.

Muitos professores consideram o parecer descritivo uma forma de avaliação mais eficiente porque ultrapassa o tipo de avaliação parcial e momentânea (caso da prova com nota numérica), permitindo acompanhar o percurso de aprendizagem do aluno numa avaliação ampla de seu desenvolvimento. Mas alguns professores relataram que pais e alunos preferem apenas a nota de um a dez, por isso, o uso das duas avaliações pode gerar conflitos:

O parecer e a nota são contraditórios. São avaliações opostas. Tem que ter muito cuidado porque às vezes a criança tem uma nota nove em Português, nove em Sociedade e Natureza, é uma criança que provou pelas provas que sabe o conteúdo, que é ótima. Então, se tu botas no parecer um “porém, precisa caprichar mais na letra”, os pais dizem: “Imagina que precisa caprichar mais na letra se tem nove”.

Apesar destas avaliações ocorrerem com base no que o professor observa durante a aula, elas são formalizadas fora deste tempo. Neste sentido, o método de “pareceres” representa um aumento significativo de trabalho. A elaboração do parecer descritivo pressupõe que o professor esteja envolvido com a turma e conheça bem os alunos, mas a realidade de um professor que possui muitas turmas sob sua responsabilidade, com uma média de trinta a trinta e cinco alunos por classe, não permite tanto engajamento:

O problema é juntar o parecer descritivo e as notas. A escola não dá suporte para isso. A gente solicita tempo de reunião pedagógica para ocupar na

escola esse espaço e fazer os pareceres, mas não se tem esse tempo. Então, a demanda de trabalho de todo o desenvolvimento do parecer é feito em casa, onde o professor não ganha nada para isso e ocupa o tempo que a gente teria para o lazer. E, além de planejar, tem que montar toda essa coisa da avaliação. É enlouquecedor. (escolas particular e pública)

Não vale a pena... Passo noites e noites fazendo o parecer descritivo. Tem que escrever, digitar, tem que inserir no quadro, diagramar, conforme veio numa norma, dentro de um programa da escola que às vezes abre, outras não, depois tem que enviar por e-mail para a coordenadora, ela vai ler, se não gostar vai pedir para corrigir. Uma trabalhadeira. (escolas particular e pública)

Após o envio do parecer descritivo para a coordenação junto com as notas das provas, os professores recebem um relatório contendo estatísticas gerais que poderão ser utilizadas para reavaliar a situação de cada aluno para buscar alternativas de reforço e para fornecer informações aos pais, quando necessário.

O parecer é o seguinte: no final do bimestre tem o conselho de classe, quando vamos analisar os alunos que têm problemas de aprendizagem ou problemas de posturas. Então, tem uma relação com as notas dos alunos em todas as disciplinas. Ali vou colocar quais os alunos que estão correndo o risco de reprovar ou aqueles que têm que ter algum atendimento especial, em termos de falta, em termos de mudança de atitude.

Na minha escola, a gente digita as notas, manda por e-mail todos os resultados e faz os pareceres. Se a criança precisa de acompanhamento, fazemos um encontro final. Ou seja, depois que todos os professores digitaram os pareceres e as observações sobre o João, sobre o Pedro e sobre Maria, ainda temos um Conselho de Classe em que a gente troca informações. São poucos esses encontros, mas a gente ainda mantém, para fazer esse fechamento sobre o atendimento das necessidades de cada aluno.

As épocas de fechamento de semestre ou trimestre são consideradas períodos de grande atribulação e estresse, porque acumulam muitas atividades, como: elaboração das provas, correção, atribuição das notas, elaboração do parecer descritivo nas escolas que utilizam as duas formas e anotações nos diários de classe. Tudo isto deve ser enviado à coordenação, que poderá solicitar outra correção e reuniões com pais.

Algumas escolas particulares implantaram um sistema de informatização com a finalidade de que as provas sejam encaminhadas pelos professores via internet para a secretaria e dentro de um determinado prazo. Este procedimento torna mais ágil o trabalho para o coordenador, mas acrescenta uma etapa ao trabalho do professor, que precisa usar computador próprio para digitar cada prova. Se por um lado há a ressalva da prova ter que ser feita no formato de testes, por outro, há a vantagem de a correção ser feita por leitura ótica:

Agora essa coisa de digitarem as provas, de fazerem a correção com leitura ótica, isso só existe em escolas que são de propriedade de professores. É uma facilidade que só se encontra onde o administrador já foi professor ou é professor atualmente. Eu trabalhei, uma época, em uma escola de professores. Eles montaram a escola pensando nisso, nas facilidades para os professores desenvolverem o seu conteúdo. A gente digitava prova, só tomava conhecimento no final do bimestre. (escola particular)

Antes da aula: o planejamento e “os projetos”

Enquanto para a maioria dos trabalhadores domingo é um dia de descanso, para muitos professores é o dia no qual farão o planejamento das aulas, das atividades extras e a preparação do material didático.

O planejamento das aulas do professor de currículo por área² depende da quantidade de escolas e de turmas que assumiu. O professor que leciona em uma escola ou optou por uma carga horária menor pode organizar melhor o seu tempo para a preparação das atividades e para o estudo dos resultados das suas aulas:

Sou professora de 5ª à 8ª série do Ensino Fundamental. É uma disciplina rígida. Se a aula vai começar dia 1º de março, eu já tenho todas as aulas planejadas um domingo antes. Deixo para fazer tudo isso no domingo de tarde, na minha casa. Eu me fecho no escritório. Se chegar uma visita, minha família atende. Depois, na semana daquela primeira aula, quando chegar o próximo domingo, eu planejarei a aula para a outra semana. Todas as aulas planeja-

² Professor que leciona uma determinada disciplina para diversas turmas. Trabalha somente com turmas do Ensino Fundamental ao Ensino Médio.

das sempre com uma semana de antecedência. Como dou Ciências, eu tenho que planejar laboratório, parte prática e a questão teórica. Quando eu dou Matemática, tem toda a metodologia de jogos de Matemática, de construção de conhecimento. Eu tenho que largar o material no Xerox, tenho que providenciar material que vou usar no laboratório, tem toda uma dinâmica. Durante a semana, com tudo planejado, o meu tempo fica reservado para as correções. Com os pequenos eu trabalho até os cadernos de ciências, com muita produção textual, trabalho muito a leitura nessa classe.

Essa questão do planejamento em casa é uma coisa que me toma muito tempo. Hoje, tendo só uma escola, eu não sei como é que eu dava conta com duas escolas.

O planejamento das aulas deve contemplar as exigências apresentadas pela escola, no começo do ano, no seu projeto pedagógico, que segue as diretrizes das Secretarias de Educação:

Na minha escola, o planejamento é por trimestre. A cada trimestre, eu tenho um conteúdo a vencer. Eles colocam no quadro: até tal dia, entregar o plano. Eles nos dão uma cópia e temos que cumprir aquilo que está no plano.

Eu faço planejamento, mas sou só eu de Filosofia, tenho autonomia. Durante o ano, pego sugestões dos alunos e elaboro o programa. Sempre deixo em aberto as atividades que os alunos propõem durante o ano. Trabalho com o que é possível, da melhor maneira possível. Às vezes, não é possível cumprir tudo aquilo que é exigido.

Outra maneira de compor o planejamento é a elaboração de projetos multidisciplinares. Eles são bem vistos por muitos professores, pois ajudam a engajar o aluno e o levam a fazer ligações com outras áreas de conhecimento. Também são percebidos como algo melhor do que o “ensino de gavetas”, aquele feito sem conexão entre uma disciplina e outra. A realização de projetos multidisciplinares envolve os alunos, obtém ganhos de participação e motivação, despertando neles o interesse cultural.

Mas quando tudo precisa virar um projeto dentro da escola, surgem problemas, como aponta o questionamento a seguir:

Que entendimento a gente está tendo de projeto? Eu acho que nós não entendemos bem o projeto. Acho que nós nunca chegamos a um objetivo maior. O projeto, para mim, é: “Quais são os interesses da 5ª série, quais são os conteúdos que nós temos que avançar?” Em cima destes interesses daquele grupo (e esse grupo é diferente de uma série para outra), vamos aproveitar e explorar esses conteúdos, tentar dar um significado para isso. Por quê? Porque o conteúdo por si só, às vezes, não desperta o interesse do aluno, e aí ele não consegue aprender, porque não tem significado para ele. Aí entraria o projeto, para tentar dar essa significação. É assim que eu entendo, pode ser que eu esteja equivocada. Bom, mas o que aconteceu? Vou dar matemática e português. Então, te dou um texto: “Emília no país da matemática”; dou esse texto e aproveito os numerozinhos ali, faço uma questão de matemática e faço português e pronto, dei português e matemática. Isso para mim não é um projeto! Não chegamos ao que nós queríamos. Então chega um teórico e diz assim: “Por exemplo, com um projeto vocês estimulam os alunos, porque ele vai sair daquela rotina da sala de aula, vai pesquisar, vai atrás... Peguem um cartaz, coloquem as ideias, peçam para eles colorir, peçam para eles decorarem o cartaz”. Isso não é projeto! Eles contrataram um que veio de São Paulo para dizer isso. Me senti uma idiota. Então são várias leituras sobre projetos. E por isso não gosto de projetos, porque os que vivenciei não tinham sentido nenhum.

Houve uma espécie de banalização no uso da palavra “projeto”, tornando-a, por vezes, um transtorno na vida profissional dos professores. Ao se propor qualquer atividade, é solicitado ao professor que faça um “projetinho”:

É o projetinho. Eu acho que esse é um problema. Vulgarizou de tal maneira que nós perdemos a noção do que é essa estratégia, qual é o objetivo. É ter papéis arquivados para dizer: “Na série tal fizemos tantos projetos”. Entre nos sites das escolas e veja.

Porém, os professores concordam que o projeto pode ser entendido como outro recurso para compor o planejamento deste profissional, diferente de uma aula comum, e pode ser usado de maneira interdisciplinar com sucesso.

Boxe 5: Um projeto de verdade

Nós temos um trabalho na escola que é assim: “Mi casa is your house”. Surgiu da dificuldade de um aluno de 6ª série em entender o que era um dicionário bilíngue. Ele não entendia, não compreendia. Aí, a professora de português disse: “Vamos fazer o seguinte, vamos chamar uma professora de inglês, tu dizes uma palavra em português e ela vai te dizer em inglês”. E a coisa começou a evoluir. Ele começou a compreender. E daí surgiu a possibilidade de existir um material que tivesse as duas palavras com o mesmo significado, porém escrito em grafias diferentes, em línguas diferentes. Depois, a professora de espanhol entrou também. E eu estou fazendo um trabalho na 7ª série basicamente com escala, razão, proporção, regra de três. Eles têm um programa de informática, o “Home 3D”, que é a construção de uma casa com as respectivas escalas. A partir dessa construção da casa, tu fazes uma planta dentro da escala e vais explorando todos os conceitos matemáticos de escala, aumento, diminuição. Então, por que a gente não pega essa planta e trabalha com o professor de artes? A parte de orientação solar, o posicionamento, as cores fortes com a escala de cores? Eu sei que de repente nós tínhamos quase todos os professores integrados! O resultado desse trabalho foi uma maquete, construída pelo professor de educação artística na parte de construção dentro da escala matemática. Eles já tinham um conceito de escala e, a partir daí, surgiu um dicionário feito pelas professoras de português, inglês e espanhol, um dicionário trilingue. Então, se tu quisesse saber o significado de “parede”, tu vais e procura “parede”. Na maquete tem o número tal que representa “parede”. Foi uma coisa muito bacana. Lógico que dentro da estrutura, a professora de inglês teve que adaptar um pouco a sua sala de aula, os seus conteúdos, para fazer, para explorar aquele assunto. Isso é transdisciplinar!

Professor funcionário

Outra questão a ser administrada fora da sala de aula é a das relações de trabalho entre professores e coordenadores.

O coordenador pedagógico muitas vezes é visto como um profissional que não possui experiência prática em sala de aula, mas que ocupa uma posição hierárquica superior. E são estes profissionais que, ao final do bimestre ou do ano

letivo, cobram dos professores a elaboração das provas, a entrega das notas, dos pareceres e que irão avaliar o desempenho dos professores. Um aspecto que piora essa relação surge exatamente neste momento, em que o coordenador entra na sala de aula para avaliar a atuação do professor:

O pedagogo ia avaliar a minha aula e chegava à sala de aula não conhecendo os alunos nem os processos que se usa para chamar a atenção, para estudar ou não. E fala: “Está errado isso”. Não tem conhecimento, não tem experiência em sala de aula, não tem conhecimento da tua área, não conhece os alunos, e te avalia, e tu ficas com aquela avaliação dele.

O relato acima esclarece a indignação de muitos professores que são constantemente avaliados pelas escolas sem que tenham um exato conhecimento da dimensão e do tipo de avaliação feita a seu respeito.

Em outro relato, talvez na tentativa de minimizar os conflitos entre professores e coordenadores, uma escola criou uma espécie de cargo intermediário: o do conselheiro. O conselheiro é um professor que tem bastante afinidade entre professores, alunos e coordenadores. Cada série tem o seu professor conselheiro, que tem disponível um dia da semana para conversar sobre quaisquer problemas dos alunos com os pais e professores:

Por exemplo, tenho um problema com algum aluno, estou achando que ele está triste, as notas não estão boas. Falo com o conselheiro, que vai tentar ver o que está acontecendo. Isso foi criado para que se possa entender o que acontece com aluno. Cada professor tem um período para fazer o atendimento aos pais.

Mas houve relatos de bons coordenadores que tinham experiência em sala de aula:

A minha coordenadora pedagógica é coordenadora em sala de aula. Eu acho que é uma coisa privilegiada, porque ela tem a realidade de sala de aula.

Eu tive experiência com coordenadores maravilhosos, que dão apoio pedagógico mesmo, que coordenavam um projeto interdisciplinar de uma forma maravilhosa que jamais nós tínhamos. Nós, enquanto grupo, não tínhamos a sensação de ter um chefe. Essas pessoas se colocavam no mesmo nível de professores.

Condições materiais e tecnológicas

As condições materiais e tecnológicas (recursos audiovisuais, biblioteca, laboratório etc.) influenciam diretamente a qualidade e a quantidade de tarefas possíveis de serem realizadas, bem como o aproveitamento da aula. Nas escolas particulares, a cada início de ano letivo, os pais recebem uma relação de material escolar (livros, canetas, papéis, cola etc.) que serão utilizados pelos seus filhos.

Já lecionar numa escola pública faz o professor reavaliar seu planejamento ou buscar outros recursos constantemente, pois, muitas vezes, há falta de papel, de material para prática de esportes e o professor não pode exigir que os pais entreguem material escolar para seus filhos usarem durante o ano. Os recursos audiovisuais são escassos; muitas vezes, sequer há uma biblioteca na escola, o que dificulta o trabalho do professor:

Eu tenho trinta alunos para dar toque de voleibol com três ou duas bolas. O ano inteiro. Então, tua aula vai por água a baixo. O correto é ter dez bolas para cada turma e a gente não tem isso. Então, por essa falta de recurso, a qualidade da tua aula cai dentro de Educação Física.

O uso de tecnologias informáticas, quando existe, pode resultar em ganho de tempo para o professor preparar sua aula, descansar ou até se programar para participar de um evento, de um curso. Em épocas de provas, existem escolas que solicitam ao professor somente a elaboração da prova por computador e o seu envio pelo correio eletrônico. Com isso, as fases da impressão, da correção e, às vezes, da aplicação não são feitas diretamente pelo professor.

Já nas escolas cujo avanço tecnológico não é tão grande, as provas e as atividades a serem desenvolvidas em sala de aula são elaboradas e corrigidas manualmente pelos professores. Isto ocorre principalmente nas escolas públicas.

Em algumas escolas pequenas, quando não há máquina copiadora, é preciso pedir ajuda de colegas para passar no mimeógrafo, como descreve este professor de uma escola do interior do estado:

Faço no computador [em casa] e levo [para a escola]. Faço matriz, porque na escola a gente usa matriz. É o mimeógrafo. Todo mundo usa. Em toda a cidade temos o mimeógrafo. (escola pública)

Por outro lado, a tecnologia pode ser um elemento desarticulador. Os professores citam como exemplo a não realização das reuniões do conselho de classe.

Quando os professores apenas passam as informações pela internet, eles não têm contato entre si, não há troca de informações e experiências:

O conselho de classe virtual é mais fácil e não me atrapalha a rotina. Mas também pode gerar uma estratégia que é a de não reunir mais os professores. Não reunindo os professores, eu não troco informações, angústias, o colega não vai me passar uma solução que tenha para uma situação mais crítica quando se vai trabalhar sozinho. Muitas escolas, em Porto Alegre, utilizam como um estratagema.

Esta prática de trabalho, assim como a separação das salas dos professores pelos diferentes níveis de ensino ou do período de intervalo por séries, impede momentos de descontração e conversas com outros professores, dificultando que se vejam como um grupo:

Anos atrás, chegaram a separar os recreios pelos níveis de ensino e separaram as salas dos professores. Então montaram as salas dos professores das séries iniciais, as salas dos professores de 5ª a 8ª, as salas dos professores do Ensino Médio, as salas dos professores do técnico. Isso é uma forma de desunir a classe dos professores.

Há também o fato de levar mais trabalho para casa, pois os professores têm que ficar à disposição para atender ao plantão de dúvidas *on line*, muitas vezes, pelo computador de sua residência.

Assim, o professor não trabalha somente durante a aula, nem apenas no espaço da escola. Antes da aula, ele precisa planejar a sua atuação; depois da aula, há muitos desdobramentos, como a correção de exercícios, provas e, por fim, o registro de tudo isso para a certificação do aprendizado do aluno. No próximo capítulo vamos conhecer um pouco das regras formais que regem o contrato de trabalho do professor, observando as diferenças e as semelhanças entre a área pública e a área particular. Longe de ser apenas formalidade, veremos que estas regras influenciam diretamente o dia a dia de um professor.

Boxe 6: O dia de trabalho de uma professora de 3ª série do Ensino Fundamental público

O horário de entrada é às 7h45, mas o dia de trabalho da professora começa bem antes do início da aula. Ela procura chegar à escola antes do “sinal bater”, momento aproveitado para colocar algumas coisas em ordem, tomar um café, conversar e trocar ideias com os colegas. Às 7h30 já se dirige à sala de aula para melhorar a disposição das mesas e das cadeiras para que as crianças possam se movimentar. Deixa seu material arrumado na sua mesa e desce ao pátio, onde as crianças já organizadas em filas aguardam a “sineta” tocar. Sobem para a sala de aula acompanhadas pela professora. É uma turma da 3ª série, com 18 crianças, que têm, em média, 8 anos.

Pacientemente, a professora, com sete anos de experiência em turmas de 3ª série, vai fazendo as crianças se sentarem e se acalmarem. Já se foram 15 minutos de sua aula, isto em um dia que não há nenhum tipo de aula especializada (Inglês, Educação Física, Música ou Informática).

A professora começa com um “tema”, geralmente usando folhas xerocopiadas. Ensina a atividade do livro e elabora um roteiro no caderno de aula para trabalhar exercícios. A quantidade de material é grande: um livro de português, um de matemática, cadernos e um caderno de caligrafia.

Às 9h20 é o horário da merenda, quando as crianças comem seus lanches na sala de aula. Das 9h40 às 10h vão para o recreio. É o momento da “cancha”, das brincadeiras no pátio. Nestes vinte minutos, a professora faz seu intervalo e encontra seus colegas, pois as crianças ficam sob a guarda de monitores.

Ao término do intervalo, as crianças são organizadas em fila novamente e retornam para a sala de aula, onde o trabalho continua, com correções de atividades, trabalhos de artes etc.

Próximo ao horário de saída, às 12h, a professora começa a organizar a sala e a ajudar as crianças a guardarem seus materiais. É preciso tomar o cuidado de mandar para casa apenas um livro e o caderno específico do tema para que a mochila não fique muito pesada. Tudo organizado, as crianças fazem fila novamente e seguem com a professora para o pátio, onde irão despedir-se e en-

(...)

(...)

Boxe 6: O dia de trabalho de uma professora de 3^a série do Ensino Fundamental público

contrar os pais. No horário da saída, a “sineta” não é tocada para evitar a dispersão das crianças.

Atualmente, a professora só trabalha no período da manhã, mas ainda leva muito trabalho para casa: o planejamento de aulas, a correção de cadernos, de provas. Todo esse material é muito pesado. E se lembra do custo de tudo isso, pois tem problema nos dois joelhos (um já passou por cirurgia) e tem dores nos ombros. Há seis meses faz fisioterapia e, ainda assim, sente dores nas costas e no pescoço, mas se resigna, dizendo: “Não posso evitar, tenho que trabalhar”. Lembra-se dos tempos em que lecionava em dois períodos (manhã e tarde) em escolas diferentes e novamente diz: “Não sei como consegui dar conta de tanto trabalho, foi uma vida inteira, essas coisas judiam muito da gente”.

Segunda parte

Regras formais do trabalho

Regras formais do trabalho

Peculiaridades da rede pública de educação

A Constituição Federal prevê que Estados e Municípios atuem na forma de colaboração para garantir a oferta da Educação Básica. Assim, ambos devem garantir a oferta de Ensino Fundamental, cabendo também aos Municípios assegurar a Educação Infantil, bem como aos Estados garantir, com prioridade, a oferta do Ensino Médio.

Ao determinarem, de modo explícito, a atuação em forma de colaboração entre Estados e Municípios, a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação atribuíram aos Municípios maior participação na educação. Para alguns professores, esse processo de “municipalização” do ensino tornou-se motivo de preocupação devido à precariedade e à pobreza de muitos Municípios:

A maioria dos nossos Municípios, aqui no Rio Grande do Sul, é pobre, precário. Com a municipalização, a situação da educação vai se tornar cada vez mais grave.

Nas páginas a seguir, procuraremos mostrar algumas diferenças que existem nas regras formais ou legais entre professores de escolas pública e particular. Para tanto, tomamos como referência a legislação estadual, por ter maior abrangência, uma vez que não temos como objetivo fazer uma análise da legislação.

Formas de contratação na rede pública: professor nomeado, convocado, contratado

A contratação dos professores públicos deve obedecer às regras do concurso público para a ocupação de cargos e funções. A forma típica legal de contratação

é denominada “nomeação”. Após a aprovação em processo seletivo de concurso público para o provimento de cargos, respeitando-se a ordem de classificação, os candidatos são nomeados professores, tornando-se estatutários do Município ou do Estado em caráter efetivo.

Quando não há concursos públicos suficientes, faltam professores para assumir as salas de aula. Um dos recursos utilizados pela Secretaria de Educação para completar estas vagas é chamar o professor nomeado para exercer a atividade docente em outro período, além daquele referente ao de sua nomeação. Estas situações são denominadas “convocação”. Segundo o Estatuto e o Plano de Carreira do Magistério Público³, trata-se de um acréscimo de carga horária no regime normal de trabalho do professor. Portanto, a convocação implica o chamamento obrigatório ao professor nomeado em concurso para situações como: exercer atividade docente em período integral; atuar em órgão da Secretaria de Educação ou em programas específicos para a educação, cumprindo uma jornada de trabalho de trinta ou quarenta horas semanais.

Esgotada a alternativa da convocação, o Estado utiliza-se da contratação temporária, através das seguintes leis:

- Lei Estadual nº 10.376, de 29 de março de 1995, que dispõe sobre a “contratação de professores, por tempo determinado”. Esta lei tem por função suprir a falta de professores, em caráter emergencial, nos municípios onde não existam candidatos aprovados em concurso (art. 1º e 2º). Neste caso, a duração do contrato é válida para aquele determinado ano letivo.
- Lei Estadual nº 11.126, de 09 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre “mecanismos de parceria e colaboração, programa de avaliação da produtividade docente, vencimento e implanta o Plano de Desenvolvimento e Valorização do Ensino Público Estadual”. É conhecida como lei do contrato temporário.

As duas leis cumprem a função de, em caráter emergencial, suprir a rede pública com professores habilitados e passam por atualizações anuais.⁴

A diferença está no fato de que a Lei de 1998 previu a criação de um Cadastro de Contratações Temporárias, ou seja, o professor, para ser contratado, precisa estar cadastrado, atendendo aos requisitos previstos na lei.

³ Lei Estadual nº 6.672, de 22 de abril de 1974, atualizada pela Lei Estadual nº 12.443, de 03 de abril de 2006.

⁴ No ano de 2010, a atualização foi feita pela Lei Estadual nº 13.338, de 04 de janeiro.

A quantidade de leis que tratam da contratação emergencial causa confusão e constrangimento aos professores.

O meu contrato de trabalho com a escola, não sei porque, desde 2000, nunca foi renovado. Nos contratos de agora, em dezembro eles fecham, e o professor não ganha salário nos meses de janeiro e fevereiro. Se precisarem, em março voltam a contratar.

Estou como contratada, já fiz o concurso, passei em todas as fases. Ao invés de nomear, eles contratam o profissional.

Outra questão é que ficam jogando as pessoas umas contra as outras, nessa situação de contratados e nomeados. Assim, precarizam a educação, porque jogam os profissionais uns contra os outros.

Ressaltamos que as falas acima ocorreram nas reuniões de novembro de 2007 e, logo em seguida, entrou em vigor a Lei nº 12.883/2008⁵, trazendo, no seu artigo 5º, autorização para considerar todos os candidatos aprovados nos Concursos Públicos inscritos automaticamente no Cadastro de Contratações Temporárias. Deste modo, os professores tiveram seus contratos renovados automaticamente no mês de dezembro e o Estado garantiu professores para todas as salas de aula do ano letivo seguinte.

A renovação automática do contrato temporário, sem a sua transformação numa nomeação, faz com que um grupo cada vez maior de professores, na educação pública, não tenha estabilidade, nem um plano de carreira a seguir. Enquanto não forem nomeados, estão tão vulneráveis à demissão quanto um professor da rede particular.

Regime de trabalho⁶

Para as escolas públicas estaduais, diz o Estatuto do Magistério Público que o “regime normal de trabalho é o de 22 horas semanais cumpridas em um único turno em unidade escolar ou órgão” da Secretaria de Educação. Isto vale para o professor que é nomeado.

⁵ A Lei nº 12.883, de 03 de janeiro de 2008, dispõe sobre a autorização do Poder Executivo a prorrogar os contratos emergenciais/temporários de professores, criados por diferentes leis, conforme seu artigo 1º.

⁶ Regime de trabalho: o número de horas semanais de trabalho em que o membro do magistério exerce atividades inerentes ao cargo. No Estado do Rio Grande do Sul, o Estatuto e Plano de Carreira do Magistério Público do Estado (Lei nº 6.672, de 22 de abril de 1974) discorre sobre a forma de remuneração, a qualificação profissional e o regime de trabalho a ser seguido pelos professores da rede estadual de ensino.

O regime de trabalho para os professores de classes de 5^a a 8^a séries⁷, bem como para os do Ensino Médio, é de dezesseis horas-aula⁸ em sala de aula e de quatro horas-atividade⁹. Para os professores que lecionam em classes de pré-escola e de 1^a a 4^a séries, é de vinte e duas horas semanais, com 2 horas-atividade. Exercem sua função no chamado “currículo por atividades”¹⁰. Seus vencimentos são acrescidos pela gratificação de “unidocência”¹¹, que equivale a 50% sobre o piso básico inicial da carreira do magistério:

O meu regime de trabalho é de vinte e duas horas, vinte em sala de aula. São cinco dias na semana e mais duas horas semanais que eu tenho que cumprir no turno contrário ou nos sábados, é a hora-atividade, a hora do planejamento.

No “currículo” [o professor refere-se ao currículo por atividades], trabalham-se cinco dias fechadinho e ponto final. Porque recebe unidocência. É um adicional. Isso vem no contracheque. Faz parte do salário.

No “currículo por área ou disciplina” estão os professores que lecionam para o Ensino Fundamental II (5^a a 8^a séries – veja nota 7 –) e para o Ensino Médio. Não há o acréscimo de vantagens individuais como a unidocência:

O trabalho de área de Ensino Médio não justifica o adicional de unidocência. A carga horária é um pouco mais baixa para poder planejar as aulas. O currículo [por atividades] recebe a unidocência porque são cinco dias de aula. Professor de currículo é o professor que dá aula de 1^a a 4^a série.

Porém, o Estatuto do Magistério Público, como já abordamos, prevê a possibilidade da convocação do professor para assumir maior carga horária, totalizando trinta ou quarenta horas semanais. Nos dois casos, o professor pode trabalhar em até dois turnos em unidade escolar ou em órgão da Secretaria de Educação.

⁷ De acordo com a Lei Federal nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006, o Ensino Fundamental deverá compreender nove anos, com matrícula obrigatória a partir dos seis anos de idade. Estados, municípios e Distrito Federal devem implementar esta mudança até 2010. Porém, nossa pesquisa foi realizada entre 2006 e 2009, quando o Ensino Fundamental I compreendia da 1^a à 4^a série, com matrícula obrigatória apenas aos sete anos de idade, e o Ensino Fundamental II da 5^a à 8^a série.

⁸ Hora-aula: cada um dos períodos de tempo com duração prevista no Regimento Escolar ou em documento similar, geralmente de cinquenta minutos no período diurno e quarenta e cinco minutos no noturno, destinado ao desenvolvimento das atividades curriculares em regência de classe.

⁹ Hora-atividade: período de tempo envolvendo as atividades preparatórias para a regência de classe e demais atividades relacionadas às atribuições do cargo.

¹⁰ Também é chamado informalmente pelos professores de “Currículo”.

¹¹ Unidocência: é a gratificação à qual tem direito o professor do currículo por atividades, em regência de classe pré-escolar ou de 1^a a 4^a séries (Lei nº 10.376/95, art. 5^o, inciso I).

No turno da noite, a distribuição da carga horária equivale a quinze horas-aula semanais em sala de aula, que, eventualmente, podem ser ampliadas para dezesseis horas-aula. As horas-atividade geralmente são cumpridas nos finais de semana em atividades extracurriculares e, quando o tempo de quatro horas é excedido, não há o pagamento de horas “extras”.

Remuneração e salário

A remuneração dos professores públicos estaduais do Rio Grande do Sul é composta com base no valor da hora-aula, de acordo com o quadro de vencimentos da Carreira do Magistério Público Estadual.

A título de exemplo, um professor que tenha regência de aula em duas turmas do chamado currículo por atividades receberá o total de horas-aula trabalhadas acrescidas de duas gratificações de unidocência.

Para os professores com regência de aula no chamado currículo por área ou disciplina, ou seja, que trabalham no Ensino Fundamental II (veja nota 7) ou no Ensino Médio, o valor da hora-aula será determinado também com base no quadro de vencimentos da carreira do magistério, porém sem gratificação.

Porém, o professor que está sob contratação temporária é contratado por hora-aula e não por um regime fechado de horas. A remuneração será a somatória das horas-aula trabalhadas, com a gratificação de unidocência apenas para os professores do currículo por atividades.

O valor da hora-aula do temporário é calculado de duas maneiras: uma para o currículo por atividades e outra para o currículo por área ou disciplina. No currículo por atividades, utiliza-se o valor básico inicial da carreira do magistério.¹² No cálculo do valor do contratado por currículo por área ou disciplina,¹³ toma-se por base o valor da hora-aula do nível cinco da carreira do magistério. Como o professor temporário é contratado apenas por hora-aula, não há remuneração do período que este professor trabalha fora da sala de aula:

¹² Segundo a Lei nº 10.376, de 29 de março de 1995, atualizada em 04 de janeiro de 2010, “o valor da hora-aula para o currículo por atividade será obtido mediante a divisão do vencimento básico mensal da carreira por quatro semanas e meia, seguida da divisão do quociente obtido pelo número de horas semanais efetivamente realizadas, acrescido do percentual de 1/6 (um sexto), correspondente ao repouso remunerado”.

¹³ De acordo com a mesma Lei, “o valor da hora-aula para o currículo por área e/ou disciplina será obtido mediante a divisão do vencimento mensal do nível 5 por quatro semanas e meia, seguido da divisão do quociente obtido pelo número de horas semanais efetivamente realizadas, acrescido do percentual de 1/6 (um sexto), correspondente ao repouso remunerado”.

Eu trabalho vinte e quatro horas-aula e não tenho horário apropriado para reunião, mas as “nomeadas” têm esse horário. Eu, como contratada do Estado, não recebo essas duas horas.

Só para diferenciar e vocês entenderem: no caso do “currículo” [por atividades], normalmente os professores têm os cinco dias de trabalho. Nas áreas específicas das disciplinas, como no meu caso, tenho quatro dias em sala de aula e um dia que eu posso usar para preparar as aulas. Sou nomeado.

Existe, ainda, a gratificação de exercício especial conferida aos docentes de escolas classificadas quanto ao local de trabalho, por critério de dificuldade de provimento ou acesso, correspondendo a um acréscimo de 20% sobre o vencimento básico mensal.

Sendo o cálculo dos vencimentos do professor feito com base nas horas-aula, a gratificação torna-se importante para a composição de sua remuneração mensal.

Apesar de todo o aparato legal, dos acordos realizados entre Municípios, Estado e sindicatos, há, por vezes, necessidade de se entrar na Justiça para poder receber algum tipo de reajuste:

Só aqui no nosso Estado, por exemplo, nem o cumprimento de acordos ou de projetos de lei assinados tem sido respeitado. A maioria das pessoas tem que entrar na Justiça para receber reajuste.

O Rio Grande do Sul já esteve em 3º lugar no ranking de pagamento salarial. Agora está em 22º no país.

Estas situações levam à crença de que há um movimento proposital de sucateamento do sistema de ensino, gerando um sentimento de aviltamento entre professores:

Não temos uma garantia de que aquilo que foi legalmente aprovado será efetivamente repassado. Não se tem claro, dentro da carreira, o que efetivamente tu vais ganhar, como, por exemplo, triênios e promoções adicionais. E no ano que vem [2008] querem cortar o adicional de difícil acesso. Então, tu não tens clareza na questão do cumprimento da legislação. Isso deixa o professor muito tenso. Isto tudo é um estresse.

Peculiaridades da rede particular de educação

No ensino particular, o trabalho do professor segue as regras acordadas na Convenção Coletiva da Categoria, respeitando a previsão contida na CLT, que possui capítulo especial para tratar de determinadas profissões, e a de professor é uma delas.

A relação de emprego do professor em escola particular rege-se, via de regra, pelo contrato por prazo indeterminado.

Somos profissionais contratados celetistas. Temos um contrato de trabalho com registro em carteira, 13º salário, férias, tudo isso é normal. Mas, somos horistas, ganhamos por hora-aula.

Mas esta relação de emprego se expressa em mais de uma forma de contratação.

Formas de contratação: professor regente, especializado, temporário

O professor contratado como “regente” leciona na Educação Infantil ou no Ensino Fundamental, nas quatro primeiras séries, e corresponde ao professor de “currículo por atividade” da rede pública, ou seja, é o profissional que fica o período todo com a turma durante o ano letivo.

Já o professor contratado como “especializado” leciona matérias específicas, como Inglês, Artes, Educação Física e Música, também na Educação Infantil e em todo o Ensino Fundamental.

A gente chama de professor regente aquele que trabalha todos os dias com as crianças e “professores especializados” o de música, de educação física.

O professor contratado como “temporário” é o profissional que deverá substituir outro em alguma situação emergencial, como está previsto pela Convenção Coletiva para as seguintes situações: a) curso que a escola pode ministrar com duração de sessenta dias no máximo; b) substituição de gestante; e c) curso de pós-graduação.

Porém, uma das questões que contrasta com o ensino público é a da falta de plano de carreira, embora haja previsão, na Convenção Coletiva de Trabalho, para que os estabelecimentos de ensino elaborem planos de carreira para os professores.

Regime de trabalho

Na Convenção Coletiva do Sinpro/RS, que abrange quase todo o Estado do Rio Grande do Sul, à exceção dos municípios de Caxias do Sul e Ijuí, a jornada de trabalho foi fixada em quarenta aulas¹⁴ semanais.

Nem sempre o professor terá uma jornada de trabalho de quarenta aulas semanais. No caso de um professor contratado por uma escola para ministrar apenas duas aulas de ciências na segunda-feira, todos os outros dias e horários da semana serão “livres”.

Da 5ª série em diante, depende do fechamento de turma. A cada ano precisa alterar, eles conversam com o professor. Não é o caso do professor de 1ª à 4ª. Nós temos um horário cheio. Um horário de vinte, vinte e duas horas fechado depende da escola. Mas é um turno fechado. Da 5ª série em diante, depende do número de turmas que a escola fecha.

Os professores que têm aulas em diferentes escolas acabam assumindo muitas turmas diferentes e um grande volume de trabalho, como: muitas provas e trabalhos para elaboração e correção, pareceres descritivos etc. Assim, o deslocamento de uma escola a outra gera um fracionamento do seu tempo que o impede de planejar suas aulas com calma ou de realizar uma alimentação adequada.

Eu muitas vezes almocei no percurso de uma escola para outra. Tinha dias que eu não almoçava e esperava o meu horário da tarde, do lanche da tarde, e corria para comer alguma coisa. Isso me traz lembranças boas. Um período que quando está no pique da coisa, a gente também se alimenta um pouco disso.

Na região metropolitana de Porto Alegre, por exemplo, algumas escolas possuem unidades em municípios limítrofes, fazendo com que um mesmo professor tenha que se deslocar, às vezes, no mesmo período, de um município a outro:

Na minha rotina, eu trabalho nas seis sedes do grupo. Normalmente, em cada turno, eu trabalho em duas sedes. Então, saio do Centro de Porto Alegre para ir dar aula em Canoas, de Canoas vou dar aula em Nilo Peçanha. Depois volto para a unidade do Centro.

¹⁴ Uma breve explicação parece-nos importante sobre a questão da hora e da hora-aula. Em 1945, uma Portaria do MEC, não mais em vigor, fixava a duração da hora-aula em cinquenta minutos. A redução da hora convencional de sessenta minutos para cinquenta deveu-se ao fato de ser o trabalho do professor em sala de aula considerado penoso, porque desempenha múltiplos papéis, como tentamos mostrar. Outro fato foi o de que o professor sempre acaba por permanecer no estabelecimento de ensino um tempo maior do que prevê sua jornada de trabalho seja para tirar dúvidas dos alunos ou prestar contas à escola.

Outro aspecto da rede particular de ensino diz respeito ao fechamento de turmas ou de classes pelas escolas. Caso a escola consiga manter os alunos de um ano para outro e ainda receba novos alunos, a possibilidade de renovação do contrato e de manutenção do emprego ganha uma nova garantia:

Uma coisa muito complicada na nossa profissão, que também não tem garantia, é que tu podes ter quarenta horas este ano, e no ano que vem ter vinte. Se não encheu turma, a escola não te contrata. A tua carga horária é móvel, depende do número de turmas que a escola [consegue montar]. O ano letivo tem um período que não muda, mas sempre, a cada matrícula, no novo ano letivo tem um número diferente de alunos.

Embora a legislação especial determine horários reduzidos e jornadas menores para os professores, constata-se uma realidade bem diferente, com jornadas de trabalho prolongadas:

Quando eu tinha uma carga horária de cinquenta e seis horas dentro de sala de aula, na semana, meus piores dias eram sexta-feira (manhã toda, tarde toda, noite toda) e tinha uma terça-feira também. Este ano estou com o Colégio [cita o nome], que passou para manhã, então não tem aulas à tarde e eu acabo à tarde fazendo muito mais reuniões. Tem uma aula de recuperação ou outra e mais reuniões. Então eu tenho, mais ou menos, as tardes um pouco mais livres.

Remuneração e salário

A Convenção Coletiva de 2008 estipulou valores mínimos para a hora-aula: na Educação Infantil e no Ensino Fundamental das quatro primeiras séries em R\$ 8,29; no Ensino Fundamental das séries seguintes em R\$ 8,87; e no Ensino Médio, no EJA e na Educação Profissional, em R\$ 11,81:

Ganhamos por hora-aula. Os professores mais caros são dispensados e substituídos por mais jovens, soldados rasos, mais baratos. Essa é a nossa realidade funcional.

Outra situação problemática para os professores é a das “horas-atividade”. Embora a Convenção Coletiva contemple o pagamento de horas extras aos períodos de trabalho que excedem à carga horária contratual, para os professores, as atividades determinadas como extras deveriam ser encaradas como atividade fim do magistério, assunto que gera polêmicas.

Uma das brigas que a gente tem tido no Sindicato é a de ganhar a hora-atividade da correção de provas, para a preparação de atividades etc. Eu tenho que levar toneladas de provas para corrigir em casa. Esse período que eu passo destinando tempo da minha vida particular para escola não é compensado. Essa é uma briga que vem há muito tempo. A argumentação é a de que isso é atividade inerente ao magistério, que já está paga na hora-aula.

A quantidade de turmas fechadas pelas escolas interfere na carga horária de trabalho dos professores e, conseqüentemente, em sua remuneração.

Por exemplo, eu ganho “tanto” por uma hora-aula e trabalho vinte e quatro horas-aula, vou ganhar sempre esse tanto. Ela trabalha trinta horas-aula. Mas no ano que vem, quando tiver doze horas-aula, ela vai ganhar por doze horas-aula. E podem nos colocar na rua no momento que quiserem, geralmente acontece no final do ano. Nós ganhamos por hora-aula.

Esta atividade já está contemplada no valor da hora-aula. Então isso é uma atividade. Por exemplo: se eu sou chamado fora do meu período de aula, do meu período de carga horária para atender um pai, essa hora é uma hora complementar e não uma hora extra. Eu estou fazendo uma atividade fim. Então tem todos esses detalhes que, às vezes, nas entrelinhas, vem contra nós e a favor do empregador. Então essa hora compensação não é remunerada pelo valor da tua hora-aula.

Em virtude da falta de um plano de carreira e da expectativa sobre o número de salas de aula, o mês de dezembro é considerado crítico, pois, além do correio excesso de tarefas pelo encerramento do ano letivo, surgem duas expectativas: uma refere-se ao receio de perder o emprego; e outra, a de encontrar um professor que possa entrar no “período de estabilidade”.¹⁵

A estabilidade é compreendida como uma garantia de que a faixa salarial mais elevada será mantida na medida em que o valor da hora-aula pago ao professor que a adquiriu deva ser tomado como referência para os demais. A preocupação está na possibilidade de haver a dispensa deste professor antes de entrar no período de estabilidade:

¹⁵ A Convenção Coletiva de Trabalho prevê que todo professor com três anos ou mais de contrato, que estiver, no máximo, a três anos da aposentadoria por tempo de contribuição, proporcional, parcial ou ainda por idade, gozará de estabilidade no emprego e na carga horária até a data da aquisição do direito à aposentadoria.

Se um professor entrar em estabilidade por aposentadoria, ele garante o salário dos outros. Não pode ser demitido. E se outro professor for contratado, tem que entrar com um salário igual ao de quem está em estabilidade.

Estas situações de fim de ano letivo despertam um estado de ansiedade e alerta, o fantasma da perda do emprego.

De agora até final de dezembro todos nós ficamos à espera: “Quem será que vai e quem fica”. Duvido, exceto professor que esteja em estabilidade, que, de agora em diante, não esteja ansioso.

O medo de perder o emprego é constante e fica mais evidente quando se fala, na escola, em “contenção de despesas” nos momentos de crise financeira ou no final do ano letivo.

Nós tivemos uma época, por uma questão de “contenção de despesas”, que simplesmente demitiram todo o grupo de professores de 1ª à 4ª série e recontrataram outros profissionais. Nós todos somos professores de uma mesma série e nos demitiram, porque nós recebíamos dezoito reais a hora-aula. E contrataram uma nova equipe a doze reais ou ao piso. O piso inicial para dar aula é de cinco e pouco ou seis e pouco, se eu não me engano.

Mas, de agora em diante [a partir de novembro], tu ficas assim: fico ou vou? Então, essa questão é muito séria para nós, porque não temos certeza de emprego no ano seguinte. Independente disso, se tu tens quarenta horas numa escola e, vamos supor, baixou o número de turmas consideravelmente, por alguma coisa, às vezes acontece, por exemplo: entrou um menino armado numa escola e aí deu um problema, saíram três. O número de horas baixa. Aconteceu: “Ah, pegaram drogas na esquina do colégio tal”. Sai na imprensa, isso mexe com a estrutura interna da escola.

As atividades extracurriculares (atividades com finalidades diversas: reflexão espiritual, culto religioso, gincana esportiva, excursões) programadas para os finais de semana funcionam também como uma espécie de monitoramento dos professores, que se sentem avaliados constantemente. Mesmo que a participação nestas atividades não seja obrigatória, uma recusa a um “convite” pode contar como ponto negativo em uma eventual crise:

Se tu não vais ao retiro, na sexta à noite e sábado de manhã, vão te cobrar.

Durante o ano, nunca sinalizaram absolutamente nada. Nem mesmo te chamaram para fazer uma crítica do teu trabalho, te dizer: “Olha, se tu

continuareis assim, vais ser dispensado". De repente, do nada, alguém diz: "Bom-dia, ó, presente para ti, está de férias eternas aqui da escola". Isso nos causa muita angústia.

O fantasma da perda do emprego tem uma presença assustadoramente forte, pois consegue até persuadir o professor a esconder uma doença:

Tinha uma professora de uma escola bem conceituada que teve câncer; adiou todo o processo de cirurgia e escondeu da direção da escola e dos colegas por medo de ser discriminada e de perder o emprego.

Terceira parte

Os efeitos do trabalho

Os efeitos do trabalho

Houve um momento na história da profissão de professor em que a sua valorização na sociedade equiparava-se à do médico ou à do engenheiro, consideradas, até hoje, profissões de grande respeito. Hoje, a profissão de professor não goza deste reconhecimento social nem financeiro.

Atualmente, há uma dificuldade constante no cotidiano de trabalho do professor que consiste em compreender qual é o seu papel. Na relação com o aluno, passou-se a exigir do professor que seja amigo, compreensivo, gentil, disposto a compartilhar, a ouvir os problemas pessoais de seus alunos, mas, ao mesmo tempo, que avalie esse aluno atribuindo-lhe notas e que lhe aplique uma reprimenda por um mau comportamento. Exige-se que este desenvolva algumas habilidades individuais nos alunos, capacidades inovadoras e criativas e, também, que o auxilie a desenvolver um senso de trabalho em grupo, de interação com o coletivo.

Na relação com a escola, tornou-se um funcionário, devendo simplesmente cumprir metas e obedecer aos princípios e às propostas da escola. Queixa-se da falta de possibilidade em participar mais ativamente na gestão de assuntos que envolvam principalmente as questões didáticas, das propostas pedagógicas, e sente que é excluído de decisões importantes sobre os conteúdos a serem trabalhados com os alunos.

Aos poucos o professor passa a sentir os reflexos desta variada gama de encargos, de responsabilidades e de frustrações, seja adoecendo ou, de modo indireto, assistindo ao adoecimento dos colegas.

Os problemas de saúde dos professores

Os problemas de saúde declarados foram associados, de maneira geral, ao uso do corpo nas atividades cotidianas do trabalho. Foram citadas como atividades

desgastantes: passar muito tempo em pé; falar demais, alternando o tom de voz, chegando até a gritar, em alguns momentos, para chamar a atenção dos alunos; carregar o peso de livros, cadernos e provas para serem corrigidos; e escrever na lousa com giz.

Outra associação com problemas de saúde feita pelos participantes refere-se aos muitos deslocamentos de uma escola para outra, no mesmo dia, às vezes, no mesmo período. Sem tempo para sentar e comer tranquilamente, geralmente a refeição é precária, apenas um lanche ingerido durante o próprio trajeto, o que faz muitos professores associarem com problemas de obesidade:

Particularmente, engordei uns dez quilos depois que eu comecei a dar aula. Porque não como em casa, a gente almoça no carro, só porcaria. No ano que dei aula para o EJA, eu saía 12h30 lá da Zona Norte e tinha que estar às 13h no outro colégio. Então pegava um suco, pegava um salgado e ia comendo. Quando chegava lá, eu pegava um café, um chocolate e entrava na sala.

Há também o agravante de que o grande número de deslocamentos feitos durante a semana aumenta o risco de acidentes, que, neste caso, seriam considerados acidentes de trabalho.¹⁶

Os diversos relatos dos professores demonstraram que as exigências feitas pelas escolas podem resultar numa somatória de problemas de saúde, como se pode observar no depoimento de uma professora ao comentar a situação de sua colega:

Ouvindo o teu relato, fiquei pensando na época em que eu trabalhava dois turnos. Embora eu não tivesse que me deslocar tantas vezes como tu, era apenas um deslocamento de um local para outro no meio do dia. Fiquei pensando como me judiei nesse período. Com a exigência atual das escolas, tu tens que estar sempre alerta a tudo e a todos: se há uma queixa de um pai numa turma de vinte e cinco, tu és chamada na direção; tens que cuidar do que falas. Tive colegas que foram chamadas até pela forma de se vestir. Como se fôssemos uma vitrine. E a escola particular, que é um produto caro, quer oferecer o melhor. O professor é a vitrine da escola. E você tem que dar tudo que pode. Então em termos de exigência física, é muito grande. Mais tarde a gente se dá conta do quanto isso custou para gente. Hoje tenho

¹⁶ Conforme o artigo 21 da Lei Nº 8.213, de 24 de julho, de 1991.

problema nos dois joelhos, dói, fiz cirurgia, tenho bursite nos dois ombros calcificados, crônica. De seis em seis meses faço um trabalho de fisioterapia, fora dor nas costas, dor no pescoço, de carregar mochila, carregar caderno, coisas que são inerentes ao trabalho. Não posso evitar, tenho que trabalhar. Mas são coisas que judiam muito a gente. E trabalho numa escola de ponta, é a escola que tem o maior valor de hora-aula, oferece toda uma estrutura para se trabalhar. (escola particular e aposentada da escola pública)

A falta de clareza quanto às situações que precedem à dispensa do professor também é um elemento que gera mal-estar no ambiente de trabalho já estressante:

Um estado de nazismo. Tu tinhas que estar decodificando sinais, atitudes, olhares. Uma neurose. Eu pensava: já passei quinze anos, então eu acho que passo mais quinze. Mas não. (escola particular)

E há a situação especial dos professores de educação física, que trabalham expostos às intempéries e às variações do clima no Estado.

Na educação física, estou toda manchada. Porque às 14 horas tenho que estar no pátio, um sol de rachar. Vou de chapéu; às vezes, esqueço meu chapéu de palha. O meu dinheiro não dá para comprar produtos de proteção ao sol. Além dos problemas de pele, por causa do clima da cidade, tem o inverno que chega a uma temperatura de seis graus abaixo de zero na minha sala de aula. No inverno é o oposto do que é no verão. (escola pública)

Quando questionados sobre sua condição de saúde, a tendência é a de responder que estão bem. Contudo, isso muitas vezes não condiz com a realidade. No exame periódico, realizado anualmente por médico contratado pela escola, ninguém confessa um mal-estar, mas, no cotidiano, as bolsas comportam uma espécie de farmácia individual:

Nos exames periódicos é engraçado, porque o médico contratado pela escola faz uma entrevista contigo, mede pressão, ouve batimento cardíaco, essas coisas, e todo mundo responde que está bem. Na verdade, se o médico achar que você deve procurar um especialista ele fala. Mas quem trabalha quarenta horas não vai pedir espaço para ir procurar o médico especialista investigar isso. Nas férias, a gente vai e faz aqueles exames rotineiros. Mas eu, por exemplo, a questão da voz, que sou rouca há anos. Nunca procurei. Até porque sei que no momento que eu procurar, provavelmente, vão me

mandar parar. Já tive colegas que entraram em licença por três meses, tem que fazer repouso da voz, tratamento com fonoaudiólogo etc. É aquele medo de perder o emprego, e você acaba deixando passar. (escola particular)

Tem a questão da medicação. Chega na hora do almoço alguém diz: “Ai, estou morrendo de dor de cabeça. Alguém tem algum comprimido?”. Abrem-se bolsas e bolsas e aparece comprimido para tudo. Nas bolsas tem cartela de tudo que é tipo de remédio. Uma farmácia. (escola particular)

Trabalhar e manter a saúde: difícil conciliação

A busca da realização de um trabalho de boa qualidade foi perceptível em diversos entrevistados como um valor ético e moral. Ora declaradamente, ora por meio de uma reclamação, os professores demonstraram que a dedicação ao trabalho de educar é muito grande. Por isso, quando eles não recebem reconhecimento pelo seu esforço, ou quando são impedidos de executar as suas ideias, muitas vezes trabalhadas em conjunto com os alunos, podem sentir-se ofendidos.

Quando a gestão impõe diretrizes muito fechadas aos professores, que se dedicaram tanto ao relacionamento com o aluno, permeia entre eles um sentimento de descarte, um descarte da sua opinião. Como não aceitar, não querer ouvir a opinião de quem acompanha os alunos diariamente?

A forma de gestão da escola foi apontada como uma das questões que mais difere a rede pública de ensino da rede particular. Se nas escolas públicas, às vezes, faltam recursos materiais e tecnológicos, a forma de gestão e organização das atividades se dá de modo mais democrático, os professores são chamados a participar da elaboração das propostas e dos projetos pedagógicos, bem como a opinar em diferentes questões.

Nas escolas particulares, embora as questões de recursos tecnológicos e materiais sejam melhores, a gestão não se dá de modo participativo. Com algumas exceções, as decisões sobre as atividades, as propostas e os projetos pedagógicos são geralmente impostas, como numa estrutura empresarial hierarquizada:

Por exemplo, nós tivemos a gincaninha para comemorar a semana da criança, mas nós recebemos a gincaninha pronta. A coordenadora nos chamou e disse: “a gincaninha vai funcionar assim: fulana, a tua turma é branca, o

teu dia e a hora é tal, tu desces que o professor de educação física vai fazer isso e isso". A minha participação foi apenas descer e observar. (escola particular)

Não participar da elaboração das propostas pedagógicas, de projetos e atividades e ter que obedecer àquilo que já vem pronto, preparado pela escola, faz com que o professor não se veja como sujeito das questões que ele mesmo vivencia na escola, *impedindo um sentimento de pertencimento*, segundo palavras deles.

Com metas de difícil alcance, o envolvimento no trabalho é uma realidade. Por isso, alguns entrevistados às vezes reivindicam poder participar mais, e não o contrário. Reivindicam ter, na verdade, a sua participação reconhecida, pois ela vai ocorrer inevitavelmente. Em alguns casos, em demasia. Professores com longas jornadas de trabalho relataram um envolvimento com o trabalho maior do que gostariam:

Eu trabalho à tarde com a 1ª série, de manhã eu trabalho na vice-direção. O dia começa 5h30. Às vezes dá desespero... Eu tenho que parar e sentar e pensar: eu vou preparar atividades para quem? Porque [...] aquele grupo vai acompanhar o outro em determinadas coisas e em outras não, então tem que ser tudo diversificado e às vezes eu fico louca mesmo, porque um me chama aqui, e outro me chama lá, e tem três trabalhos diferentes andando na sala e eu não sei por onde começar. E alguém bate na porta, me interrompe – parece que a gente leva um susto – para tratar de outro assunto que eu não sei o que é. Chega o final do dia e eu me sinto esgotada, não tenho mais energia para nada, eu não consigo mais pensar, eu não consigo ver o que eu tenho que fazer. Eu tenho que chegar em casa e sentar... Às vezes nem consigo fazer isso, porque eu estou tão agitada, eu nem consigo prestar a atenção na televisão, num programa... (escola pública)

Tem esse negócio de começar a dar aula dormindo. Várias vezes, meu marido me acordou assim: "Tu estás dando aula". Detalhes assim, quando tem sonho, alguns tu lembras, outros não, são aulas irrealis, coisas dos meus sonhos, são coisas que eu jamais faria numa sala de aula. Eu acho que o inconsciente, o subconsciente vem todo em algumas épocas do ano. (escola particular)

Por outro lado, o trabalho do professor é envolvente porque também é belo. E isto os incentiva a permanecer na profissão:

A gente falou muitos problemas aqui, a gente falou o que nos cansa, o que nos preocupa. Mas eu acho assim, lidar com jovem, criança, ou aluno mais adiantado, é um desafio e ao mesmo tempo é contagiante. A gente está aprendendo sempre com eles. Essa é a parte boa, a compensação de ver assim o crescimento de um aluno, ver o que ele faz [...], de ver a potencialidade que a criança consegue expressar no momento em que tu estimulas, que tu trazes alguma modificação, que tu colocas uma proposta, isso realmente segura a gente na profissão. É o momento que a gente se delicia! A gente dribla um pouquinho esse lado do cansaço, da tua responsabilidade, da tua avaliação, da tua competência, porque há esse momento.

O trabalho em si, em sala de aula, longe de alguns problemas, é bom, é gostoso. Eu trabalho com os pequenos e faz quinze dias que não tenho sala de aula porque estão tomadas de formiga; fico de sala em sala e as crianças não tem culpa que a escola está caindo. Então, às vezes, você está fedida, cansada e os pequenos dizem: “Ai profe, tu estás linda hoje!”. [...] No dia dos professores, a gente sempre ganha presentes, têm aqueles pais, que nem que seja uma caneta, mas que vai lá e te agradece pelo trabalho. Então tu vêes que estás fazendo alguma coisa de útil, que está valendo à pena. [...] Ver que tu ensinaste a tabuada ou ele começou a ler, mesmo aqueles com necessidades especiais quando começam a ler [...] é a coisa mais linda de você ver.

Eu gosto dessa vida, adoro essa loucura. Negócio parado não dá, só nas férias, que eu vou pescar, aí é outra estória, mas no dia a dia eu gosto. Eu adoro adolescente, eu adoro esse negócio dinâmico, realmente é um vício. Pode ser que eu ainda não descobri que eu estou com um problema psicológico... Mas eu gosto dessa coisa dinâmica [...] eu gosto disso, para mim é bom. Me sinto cansada, realmente é uma correria. Mas tem o outro lado também.

É com o alto número de horas-aula diárias, com o pouco tempo de descanso e lazer, com a pressão por resultados e a ameaça do desemprego que a relação entre o trabalho e a saúde passa a ser de difícil conciliação: ora há muito trabalho e pouca atenção para a saúde, ora a atenção à saúde se impõe e ameaça eliminar o trabalho, como podemos observar na história desta professora:

Durante dez anos da minha vida eu trabalhei sessenta horas [semanais], manhã, tarde e noite. Trabalhava no Estado quarenta horas e mais vinte horas no particular. Então era uma rotina de correria. [...] Um dia eu entrei numa sala de aula de um primeiro ano, conversei com todo mundo, essa coisa gostosa nossa, da nossa profissão, e eu comecei a dar aula. E eu tava dando aula de números complexos e muito entusiasmada e o pessoal todo, uns quarenta alunos, me olhando assim... Tinha alguma coisa errada... Quando eu olhei pra trás, eu disse: "Pessoal essa aqui é a turma cento e doze?". Aí todo mundo: "É". "Não é a trezentos e doze?" "Não." Aí eu tava dando uma aula de terceiro ano no primeiro, mas isso tinha se passado mais de trinta minutos e ninguém tinha me interrompido! Aí eu cheguei pra eles e pedi: "Gente, apaga tudo. Apagou? Vamos rasgar as folhas. Isso não é nada pra vocês". Isso me deu um alerta. Em casa, conversei com o meu marido e ele disse assim pra mim: "Acabou essa correria louca. Nós não precisamos disso. Nós podemos nos virar, é só recondicionar nossa vida financeira". Naquele ano, me demiti do Estado. Fiquei só com o particular. Eu posso dizer para vocês, depois que eu passei esses dez anos trabalhando feito uma louca, que me deu uma pane mental. Nesse momento pane que eu resolvi parar, comecei a ter crises de enxaqueca muito seguidas. Mas eram enxaquecas de ir parar no pronto socorro, tomar [medicação] na veia etc. Um dia, o médico, já na terceira vez que ele tava me atendendo, disse para mim: "Olha, eu estou te chamando aqui para te dizer para providenciar algumas mudanças de estilo de vida, porque tu estás ficando viciada em analgésicos. Eu não posso mais te dar os analgésicos". E aí eu tive que tomar realmente providências sérias quanto à minha saúde. Cortar os analgésicos, procurar uma medicina alternativa de acupuntura, tive que começar a ir à nutricionista, tive que fazer um esporte, aí fui fazer karatê, que é toda uma filosofia de vida junto. Comecei a fazer meditação... E assim foi dois anos para o meu organismo se readaptar. É uma luta pessoal. E eu ainda me reservo o direito de ir umas duas vezes por semana à massagem para conseguir relaxar. Senão, vou começar a ter contratura, contratura... É um investimento, é caro. Leva uma boa porcentagem do meu salário nisso. Mas eu me permito. Então o professor, ele tem uma carga... Eu sei. A minha saúde, eu tive que optar.

Professores de escolas particulares apontam a insegurança no emprego como um grande fator adoecedor, pois, além de causar estresse, impede que eles cuidem rotineiramente de sua saúde e da saúde daqueles que dependem dele:

A grande maioria, acho que 90% dos problemas de saúde, vêm em função do estresse. Gerado pela pressão, medo de perder o emprego. Se tu ficas doente, ou tens teu filho doente, tu vais aguentar aí até o último minuto, vais até o osso. Não vais dar o atestado porque se tu deres o atestado, tu sabes que vai surgir aquela desconfiança: “Tu estavas mesmo doente?”. Se for numa sexta-feira então, pior, é porque tu irias viajar. Agora com toda a situação da gripe A, não vi, em momento algum, a escola falando para o professor ir para casa porque estava com gripe ou ir ao médico ver. Claro que tem todo o lado financeiro, tem que colocar alguém no teu lugar.

Se ficar em casa toca o telefone: “Quando é que tu voltas?”. Aconteceu várias vezes, eu fui trabalhar doente, após a cirurgia, fui trabalhar no mesmo dia. Isso é praxe.

Segundo o sindicato dos professores particulares, o Sinpro/RS, no momento da homologação da rescisão contratual, as queixas sobre os problemas de saúde emergem com força. Quase sempre são associadas ao excesso de trabalho, tanto que o sindicato contratou um profissional da área de psicologia para fazer um trabalho de apoio neste momento.

Considerações finais

*“O nosso trabalho é muito conflitante, sabe!
É um trabalho muito complexo.”*

Este estudo procurou compreender como é o trabalho do professor na Educação Básica no Rio Grande do Sul.

Entre os temas centrais reveladores da realidade deste trabalho está, em primeiro lugar, a jornada de trabalho bastante extensa, que invariavelmente precisa ser assumida a fim de obter ou completar uma renda que permita manter um padrão de vida razoável. Em função disso, o grande número de turmas e o tempo gasto no preparo de aulas e atividades acarretam desgaste físico e emocional para muitos professores.

Outras questões abordadas pelos professores tornaram-se evidentes:

- O acúmulo de atividades não inerentes ao ensino, que os leva à árdua tarefa de desempenhar constantemente diferentes papéis;
- Lidar com os conflitos dos alunos, que, por motivos diversos, têm atitudes agressivas e, muitas vezes, violentas;
- A dificuldade em elaborar diferentes planos de aula para atender a uma diversidade grande de alunos, principalmente alunos portadores de necessidades especiais;
- A falta de amparo e de estrutura material das próprias escolas, principalmente das públicas;

- A diferença entre a forma de gestão da escola pública, que permite maior participação do professor no planejamento de atividades, e a da escola particular, que impõe a diretriz a ser tratada durante o ano letivo.

A desvalorização da profissão de professor se faz sentir na falta de segurança quanto à manutenção do emprego, sempre na iminência de ser extinto, principalmente para professores da rede particular, mas também para contratados temporários pelo Estado. Outro aspecto quanto ao sentimento de desvalorização está nos relatos sobre a falta de confiança que seus superiores demonstram ao serem confrontados com pais e alunos.

Quando questionados sobre os problemas de saúde mais recorrentes, os professores queixam-se de dores pelo corpo, como na coluna, nas pernas, nos joelhos, da necessidade de falar demais alternando o tom de voz, de passar muito tempo em pé, de carregar peso e escrever na lousa com giz. Foi muito mencionado o estresse emocional causado pela pressão para atender a todas as tarefas que lhes são demandadas, associado à tristeza e à depressão, que já atingiu muitos colegas de profissão.

De maneira geral, os professores relataram gostar da profissão. As razões das queixas dos professores não foram fatores inerentes à atividade, como a relação com o aluno, a necessidade de atualização constante do conhecimento e o estado de vigilância permanente. Foi, sim, a falta de tempo para se dedicar a todos eles. Tempo gasto para acumular a alta quantidade de horas-aula e tempo gasto para fazer trabalho indevido, como suprir a ausência de acolhimento familiar. Tudo isso, com cobranças, sem reconhecimento social, é o que entristece os professores.

O trabalho do professor é um dos mais conhecidos que há. Todas as pessoas que um dia foram à escola já viram este trabalho. Mas viram apenas uma parte. Este pequeno livro foi uma tentativa de atravessar para o outro lado e mostrar o trabalho dos professores como visto por eles mesmos. Aplicando o método da Análise Coletiva do Trabalho, esforçamo-nos por ouvir o relato dos professores e tornar visível o sentimento que os motiva a continuar nesta profissão, carente cada vez mais de reconhecimento e atenção. Cientes de que este livro e muitos outros estudos sobre o trabalho docente não cumpriram a utópica tarefa de conhecer este trabalho por inteiro, esperamos manter acesa a chama da mobilização para crescentes discussões sobre o trabalho do professor e a melhoria de suas condições.

Anexo

A educação no Estado do Rio Grande do Sul

A partir da Constituição Federal de 1988, apelidada de “Constituição Cidadã”, novas diretrizes foram lançadas à sociedade brasileira. No que tange à Educação, a lei maior dividiu as competências educacionais entre os quatro entes federativos (União, Estados, Municípios e Distrito Federal), inserindo a Educação Infantil em seu texto e conferindo autonomia para os municípios brasileiros. Dentre suas determinações, previu a elaboração de um Plano Nacional de Educação com o objetivo de realizar a integração de ações políticas para o desenvolvimento do ensino nos seus diferentes níveis (Boxe 3).

Assim, tanto Estados, como Municípios ficaram obrigados a atuar em regime de colaboração para o desenvolvimento da Educação Básica, atuação esta que deve contemplar o princípio da valorização do profissional da educação, garantindo o ingresso na carreira pública por concursos e planos de carreira.

No Estado do Rio Grande do Sul, a peculiaridade encontra-se justamente no fato de que, desde a década de 1960, havia uma tentativa de descentralização da educação, transferindo a sua responsabilidade do Estado para o Município. Pode-se dizer que, neste Estado, a Constituição de 1988 ratificou a vertente municipalista já existente.

Ao longo de sua história, o Rio Grande do Sul elaborou quatro planos para a educação. O último sofreu alterações visando atender a Constituição Federal de 1988 e, posteriormente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a LDB (Lei nº 9.394/1996). Assim, o atual Plano Estadual de Educação tem como objetivo “desenvolver um processo de planejamento científico e participativo da educação”, segundo a Secretaria Estadual de Educação do Estado do Rio Grande do Sul.

O Estado do Rio Grande do Sul possui 496 municípios distribuídos em uma área territorial de 281.748.538 km², com uma população estimada de 10.582.840 habitantes, dos quais se estima que mais de 150 mil exerçam a atividade docente¹⁷.

As características socioeconômicas subdividem o Rio Grande do Sul em duas grandes regiões, tomando por base a rodovia BR-290 que corta o Estado de leste a oeste. No Norte, concentra-se a maior parte da população e das riquezas, como a produção vinícola na Serra, a de grãos no Planalto e os polos industriais de Porto Alegre e Caxias do Sul.

Ao Sul, abriga um dos grandes ecossistemas brasileiro: os Pampas e as Pradarias. É menos industrializada e possui uma economia com base na concentração de atividades rurais, como a pecuária de corte. Apesar de abranger metade do território do estado, apenas um quarto da população vive nessa porção e responde por 21% do PIB estadual¹⁸.

O Rio Grande do Sul é o terceiro Estado com melhor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e possui um índice de alfabetização em torno de 94%.¹⁹

¹⁷ De acordo com a base Cidades@ do IBGE (IBGE, 2008). Estimativa da população feita para o ano de 2007

¹⁸ De acordo com a Revista Observatório Social, nº 14, 2008.

¹⁹ Disponível em: <http://www.estado.rs.gov.br/>. Acesso em: 2008.

Mapa do Brasil com destaque para o RS



Figura 1 O estado da Rio Grande do Sul no Brasil

Os gráficos de 1 a 6 mostram o número de matrículas realizadas em escolas públicas e particulares no ano de 2008, em todos os níveis da Educação Básica, em cada um dos municípios nos quais os professores participantes das reuniões trabalhavam e no Estado do Rio Grande do Sul.

No município de Porto Alegre, capital do Estado, a distribuição de matrículas entre as redes pública e particular segue o padrão do restante do estado, com grande concentração de matrículas no Ensino Fundamental público. A população total do município, em 2007, estava estimada em 1.420.667 habitantes, segundo o IBGE.

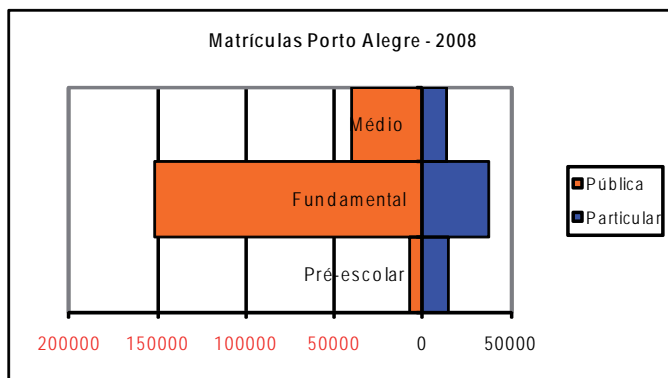


Gráfico 1 Distribuição das matrículas nas escolas públicas e particulares, segundo três níveis de ensino básico, no Município de Porto Alegre

No município de Alegrete, que possui uma população de 78.188 habitantes, os estabelecimentos de ensino são predominantemente municipais, havendo um equilíbrio entre escolas rurais (14) e urbanas (19)²⁰.

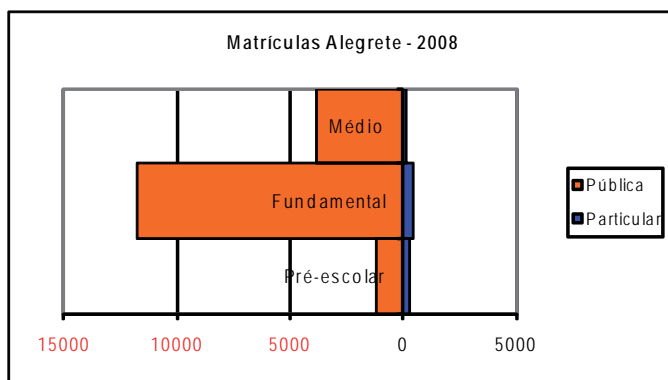


Gráfico 2 Distribuição das matrículas nas escolas públicas e particulares, segundo três níveis de ensino básico, no Município de Alegrete

²⁰ De acordo com o site: <http://portal.mec.gov.br/ide/2008>.

Frederico Westphalen é considerado o maior município da microrregião do Médio Alto Uruguai em área e é o centro comercial da região. Sua população conta com 27.308 habitantes e possui cinco estabelecimentos municipais de ensino, com maior concentração no Ensino Fundamental público.

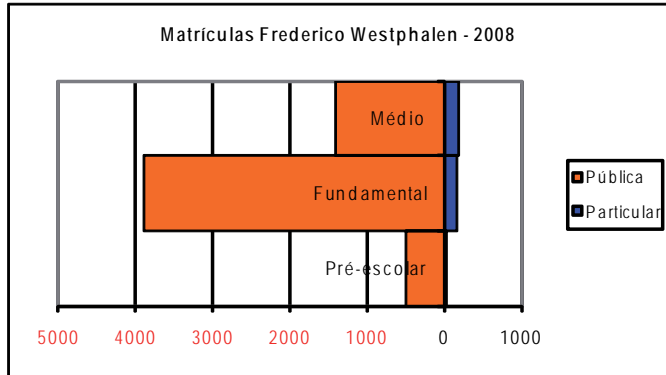


Gráfico 3 Distribuição das matrículas nas escolas públicas e particulares, segundo três níveis de ensino básico, no Município de Frederico Westphalen

Pelotas possui uma população de 339.934 habitantes. É um dos maiores municípios do Estado do Rio Grande do Sul. Tornou-se conhecido pela produção de charque e pela Feira Nacional dos Doces, como bem lembraram os professores. Do total de sessenta e seis estabelecimentos de ensino municipal, quarenta encontram-se na zona urbana e vinte e seis na zona rural.

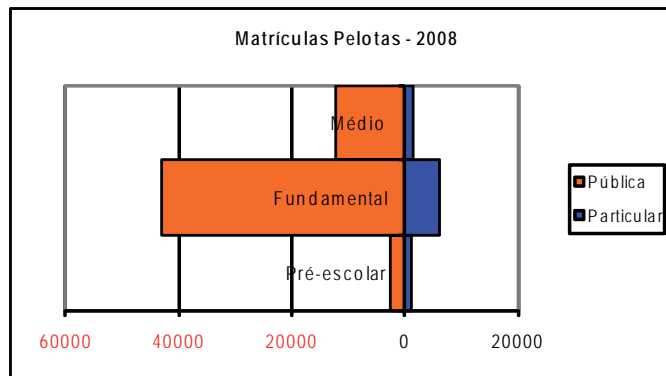


Gráfico 4 Distribuição das matrículas nas escolas públicas e particulares, segundo três níveis de ensino básico, no Município de Pelotas

O município de Uruguaiana possui uma população de 123.743 habitantes e faz divisa com a Argentina e o Uruguai. Assim como Alegrete, ocupa uma grande extensão territorial. De um total de dezenove estabelecimentos de ensino, dez são escolas rurais e nove, urbanas.

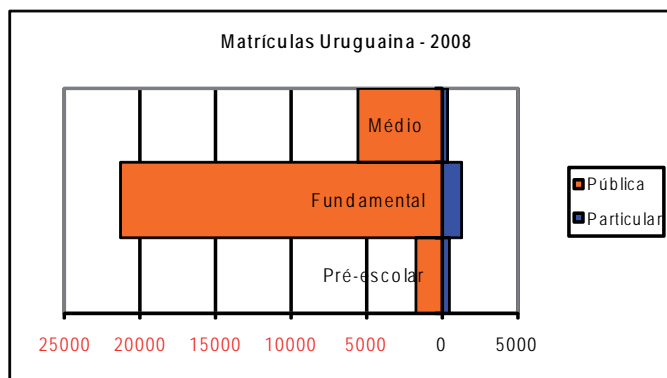


Gráfico 5 Distribuição das matrículas nas escolas públicas e particulares, segundo três níveis de ensino básico, no Município de Uruguaiana

Dos gráficos acima, e também de acordo com o gráfico abaixo, verificou-se que grande parte da população de estudantes da Educação Básica no Estado depende do ensino público e que a maior concentração estudantil encontra-se matriculada no Ensino Fundamental.

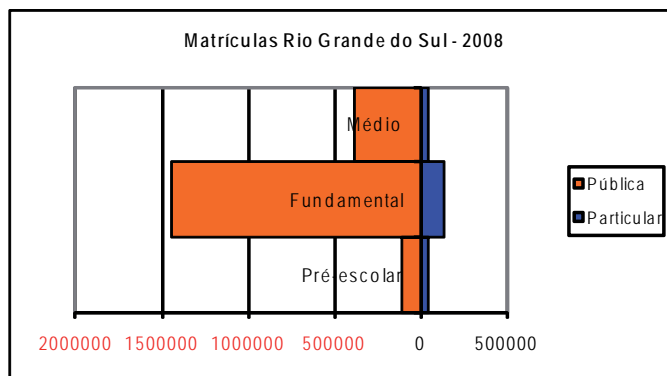


Gráfico 6 Distribuição das matrículas nas escolas públicas e particulares, segundo três níveis de ensino básico, no Estado do Rio Grande do Sul

Referências

ALEGRETE. Prefeitura Municipal. **Lei Complementar nº 11, de 17 de outubro de 2003**. Dispõe sobre o Plano de Carreira do Magistério Público Municipal de Alegrete. Disponível em: <http://blm.tce.rs.gov.br/blm/Municipios_A_ate_L/Alegrete/4-LC-00011-2003.doc>. Acesso em: 29 jun. 2010.

BRASIL. Constituição (1988). Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 05 out. 1988. n. 191-A. In: ANGHER, A. J. (Org.). **Vade Mecum Acadêmico de Direito**. 4. ed. São Paulo, Riedel, 2007.

_____. Lei nº 6.019, de 03 de janeiro de 1974. Dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências. In: ANGHER, A. J. (Org.). **Vade Mecum Acadêmico de Direito**. 4. ed. São Paulo, Riedel, 2007.

_____. **Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991**. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L8213cons.htm>>. Acesso em: 19 mar. 2010.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 18 jun. 2010.

_____. **Lei nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006**. Altera a redação dos arts. 29, 30, 32 e 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11274.htm>. Acesso em: 19 mar. 2010.

_____. Ministério da Educação. **Indicadores demográficos e educacionais**: Rio Grande do Sul - RS. 2008. Disponível em: <<http://ide.mec.gov.br//2008/index.php>>. Acesso em: 10 fev. 2009.

CARRION, V. **Comentários à Consolidação das Leis do Trabalho**. São Paulo: Saraiva, 2009.

IBGE. **IBGE cidades**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 08 maio 2008.

PELOTAS. Prefeitura municipal. **Lei nº 3.198, de 09 de maio de 1989**. Dispõe sobre o plano de carreira do magistério público municipal e dá outras providências. Disponível em: <http://www.pelotas.rs.gov.br/interesse_legislacao/leis/antigo/L1989/Lei_n_3198.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2010.

PEREIRA, J. L. de C. (Coord.) **Professores**: direitos trabalhistas e previdenciários dos trabalhadores no ensino privado. São Paulo: LTr, 2008.

PORTO ALEGRE. Lei nº 6.151, de 13 de julho de 1988. Estabelece o Plano de Carreira do Magistério Público Municipal; dispõe sobre o respectivo Plano de Pagamento e dá outras providências. **Diário Oficial de Porto Alegre**, Porto Alegre, p. 47, 15 jul. 1988. Disponível em: <[http://www2.portoalegre.rs.gov.br/cgi-bin/nph-brs?u=/netahtml/sirel/simple.html&p=1&r=1&f=G&d=ATOS&l=20&s1=\(@docn%3D000019908](http://www2.portoalegre.rs.gov.br/cgi-bin/nph-brs?u=/netahtml/sirel/simple.html&p=1&r=1&f=G&d=ATOS&l=20&s1=(@docn%3D000019908)>. Acesso em: 29 jun. 2010.

PROJOVEM urbano: programa nacional de inclusão de jovens. Disponível em: <<http://www.projovemurbano.gov.br/site/>>. Acesso em: 19 maio 2009.

QUADROS, C. de. Lourenço Filho: reformador da educação no Rio Grande do Sul. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 90, n. 224, p. 204-222, jan./abr. 2009.

RIO GRANDE DO SUL. **Constituição (1989)**: Promulgada em 03 de outubro de 1989. 19. ed. Porto Alegre: Corag, 2007.

_____. Assembleia Legislativa. **Lei nº 6.672, de 22 de abril de 1974**. Dispõe sobre o estatuto e plano de carreira do magistério público do Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/Legis/M010/M0100099.ASP?Hid_

Tipo=TEXTO&Hid_TodasNormas=34462&hTexto=&Hid_IDNorma=34462>.
Acesso em: 13 mar. 2008.

_____. _____. **Decreto nº 34.253, de 01 de abril de 1992.** Regulamenta os artigos 116 a 119, da Lei 6672, de 22 de abril de 1974, que dispõe sobre regimes de trabalho para os membros do magistério e da outras providências. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/Legis/M010/M0100099.ASP?Hid_Tipo=TEXTO&Hid_TodasNormas=16208&hTexto=&Hid_IDNorma=16208>. Acesso em: 18 dez. 2008.

_____. _____. **Decreto nº 42.607, de 30 de outubro de 2003.** Institui o cadastro de contratações temporárias de professores e dá outras providências. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/Legis/M010/M0100099.ASP?Hid_Tipo=TEXTO&Hid_TodasNormas=46901&hTexto=&Hid_IDNorma=46901>. Acesso em: 27 maio 2008.

_____. _____. **Lei nº 10.376, de 29 de março de 1995.** Dispõe sobre a contratação de professores, por tempo determinado, para atender necessidade temporária do ensino, de excepcional interesse público, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.ASP?Hid_Tipo=TEXTO&Hid_TodasNormas=12620&hTexto=&Hid_IDNorma=12620>. Acesso em: 12 mar. 2010.

_____. _____. **Lei nº 11.126, de 09 de fevereiro de 1998.** Implanta plano de desenvolvimento e valorização do ensino público estadual, dispõe sobre mecanismos de parceria e colaboração, institui programa de avaliação da produtividade docente, dispõe sobre vencimento e dá outras providências. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/Legis/M010/M0100099.ASP?Hid_Tipo=TEXTO&Hid_TodasNormas=7080&hTexto=&Hid_IDNorma=7080>. Acesso em: 27 maio 2008.

_____. _____. **Lei nº 12.883, de 03 de janeiro de 2008a.** Autoriza o Poder Executivo a prorrogar os contratos a que se referem às Leis nº 10.376, de 29 de março de 1995, nº 11.126, de 09 de fevereiro de 1998, e nº 11.339, de 21 de junho de 1999, já prorrogados pelas leis nº 11.434, de 11 de janeiro de 2000, nº 11.568, de 29 de dezembro de 2000, nº 11.714, de 28 de dezembro de 2001, nº 11.878, de 27 de dezembro de 2002, nº 12.043, de 19 de dezembro de 2003, nº 12.193, de 28 de dezembro de 2004, nº 12.417, de 26 de dezembro DE 2005, e nº 12.684, de 21 de dezembro de 2006, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/Legis/M010/M0100099.ASP?Hid_Tipo=TEXTO&Hid_TodasNormas=51312&hTexto=&Hid_IDNorma=51312>. Acesso em: 27 maio 2008.

_____. Secretaria da Educação. **Plano estadual de educação - PEE**. Disponível em: <<http://www.educacao.rs.gov.br/pse/html/pee.jsp>>. Acesso em: 06 mar. 2008b.

SINPRO (Rio Grande do Sul); SINEPE (Rio Grande do Sul). **Convenção Coletiva de Trabalho 2008**. Disponível em: <<http://www.sinprors.org.br/cct2009/clau08.asp>>. Acesso em: 25 abr. 2008.

WINCKLER, C. R.; SANTAGADA, S. Crise do estado e descentralização da educação no Rio Grande do Sul – 1986-94. Indicadores Econômicos FEE, Porto Alegre, v. 24, n. 3, p. 174-205, 1966. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/view/1238/1594>>. Acesso em: 01 jul. 2010.

Bibliografia

AS CRIANÇAS indigo. Disponível em: <<http://www.flordavida.com.br/HTML/indigo.html>>. Acesso em: 30 abr. 2009.

BRASIL. Ministério do desenvolvimento social e combate à fome. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/programas/rede-suas/protECAo-social-basica/projovem-adolescente>>. Acesso em: 19 maio 2009.

CEPERS. Disponível em: <<http://www.cpers.org.br>>. Acesso em: 12 mar. 2009.

CRIANCAINDIGO.HTML. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Criancaindigo.html>>. Acesso em: 11 fev 2009.

FREDERICO WESTPHALEN. Prefeitura municipal. Disponível em: <<http://www.fredericowestphalen.rs.gov.br>>. Acesso em: 21 jan. 2008.

PROJETO educação básica de qualidade: agenda 2020: RS - Rio Grande do Sul. Disponível em: <<http://www.agenda2020.org.br/propostas.php?PropostaId=8>>. Acesso em: 19 maio 2009.

RIO GRANDE DO SUL. **Portal do Governo do Estado do Rio Grande do Sul**. Disponível em: <<http://www.estado.rs.gov.br/>>. Acesso em: 10 jul. 2008.

SINPRO - RS. Disponível em: <<http://www.sinpro-rs.org.br/>>. Acesso em: 19 fev. 2009.

_____. Secretaria da Educação. **Professores em exercício (em sala de aula) - RS 2009**. Disponível em: <http://www.educacao.rs.gov.br/dados/estatisticas_prof_2009.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2010.

URUGUAIANA. Prefeitura municipal. Disponível em: <<http://www.uruguaiana.rs.gov.br/>>. Acesso em: 21 jan. 2010.

Outras publicações sobre Análises Coletivas do Trabalho

FERREIRA, L. L. Análise coletiva do trabalho. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, São Paulo, v. 21, n. 78, p. 7-19, abr./jun. 1993.

_____. *Escravos de Jó, Kanban e L.E.R. Produção*, Belo Horizonte, v. 8, n. 2, p. 151-167, 1999.

_____.; ARAÚJO, T. M. de; BATISTA, J. H. L. **O trabalho de professores na educação básica na Bahia**. São Paulo: Fundacentro, 2009. Disponível em: <<http://www.fundacentro.gov.br/ARQUIVOS/PUBLICACAO/1/TrabProfessoresBahia.pdf>>. Acesso em: 29 jun. 2010.

_____.; DONATELLI, S.; REIS JÚNIOR, F. A. dos. **Análise coletiva do trabalho de pescadores-mergulhadores de lagosta brasileiros**. São Paulo: Fundacentro, 2003.

_____.; IGUTI, A. M. **O trabalho dos petroleiros: perigoso, complexo, contínuo e coletivo**. São Paulo: Scritta, 1996.

_____. et al. **Análise coletiva do trabalho dos cortadores de cana da região de Araraquara, São Paulo**. 2. ed. São Paulo: Fundacentro, 2008.

_____. et al. **O trabalho de professores na educação básica em São Paulo.** São Paulo: Fundacentro, 2009. Disponível em: <http://www.fundacentro.gov.br/ARQUIVOS/PUBLICACAO/1/TrabProfessoresSP_Final.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2010.

_____. et al. **Voando com os pilotos:** condições de trabalho dos pilotos de uma empresa de aviação comercial. São Paulo: Associação dos Pilotos da Varig, 1992.

MENDONÇA, E. M. C.; SOUZA, D. M. de.; FERREIRA, L. L. **O trabalho de professores na educação básica em Belém do Pará.** São Paulo: Fundacentro, 2009. Disponível em: <http://www.fundacentro.gov.br/ARQUIVOS/PUBLICACAO/1/TrabProfessoresBelem_Portal.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2010.

OLIVEIRA, J. A.; PESENTE, J. C.; FERREIRA L. L. **O trabalho de professores na educação básica em Mato Grosso do Sul.** São Paulo: Fundacentro, 2009. Disponível em: <<http://www.fundacentro.gov.br/ARQUIVOS/PUBLICACAO/1/ProfessoresMS.pdf>>. Acesso em: 29 jun. 2010.

TAVARES, D.; FERREIRA, L. L.; MACIEL, R. H. **O trabalho de professores na educação básica pública no Piauí.** São Paulo: Fundacentro, 2008. Disponível em: <<http://www.fundacentro.gov.br/ARQUIVOS/PUBLICACAO/1/ProfessoresPiau%ED.pdf>>. Acesso em: 29 jun. 2010.

Sobre o livro

Composto em BenguiatGot Bk Bt 15 (título)

Palatino Linotype MT 10 (texto)

Palatino Linotype 7 (notas de rodapé)

em papel offset 90g/m² (miolo)

e cartão supremo 250g/m² (capa)

no formato 16x23 cm

Impressão: Gráfica da Fundacentro

1ª edição: 2010

Tiragem: 2.000

MINISTÉRIO
DO TRABALHO E EMPREGO



FUNDACENTRO
FUNDAÇÃO JORGE DUPRAY FIGUEIREDO
DE SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO

Rua Capote Valente, 710

São Paulo - SP

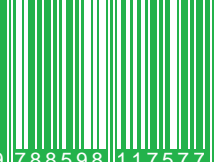
05409-002

tel.: 3066-6000

www.fundacentro.gov.br



ISBN 978-85-98117-57-7



9 788598 117577